

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
EMPRESARIAIS**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: CONTROLO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

**ANÁLISE DE CRÉDITO E AVALIAÇÃO DE RISCOS EM
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS**

ELONEIDA COSTA ROCHA

Mindelo, Junho de 2011

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E
EMPRESARIAIS**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: CONTROLO E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

**ANÁLISE DE CRÉDITO E AVALIAÇÃO DE RISCOS EM
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS**

ELONEIDA COSTA ROCHA

ORIENTADOR: Raquel Almeida

Mindelo, Junho de 2011

“Olho para o futuro
porque é onde irei
passar o resto da minha
vida.”

George Burns

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais, Rosa e João. Fontes de toda minha inspiração e um exemplo de força e sacrifício.

AGRADECIMENTOS

Nesta infindável lista de agradecimento, agradeço em primeiro lugar o Senhor Todo-poderoso “DEUS” que me concedeu toda a força para que eu pudesse chegar até ao fim.

À minha família, em especial a minha mãe, Rosa, ao meu pai, João e aos meus irmãos, pelo amor, incentivo e paciência, sem os quais não alcançaria este objectivo.

Aos meus amigos e colegas de turma, em especial à Cláudia, Maria, Fretson, Arickson e Ângelo pelo companheirismo, amizade, que sempre procuraram auxiliar uns aos outros como verdadeiros Irmãos.

À minha orientadora, Dr.^a Raquel Almeida pelo incentivo, dedicação e orientação despendidos neste trabalho.

À Dr.^a Maísa Crisóstomo e ao Dr. Arlindo Rodrigues pela partilha de conhecimento de grande conteúdo.

Às todas as pessoas que, pelo incentivo, amizade, amor e companheirismo me ajudaram nessa travessia: Maria Augusta, Mary John, Jaqueline, António Pedro, Orisa, Antónia, Ronisia e Eder.

Ao ISCEE pela sua excelência de ensino e a todos os professores que nos acompanharam ao longo de todos estes anos de formação

Não sendo possível mencionar todos que em acompanharam, só me resta deixar aqui o meu muito obrigado a todos.

RESUMO

É indubitável que o sistema financeiro é parte integrante de qualquer sociedade. Através da sua função de intermediação, as instituições financeiras recebem recursos dos agentes superavitários e emprestam aos agentes deficitários mediante promessa de pagamento futuro.

Num banco, que tem intermediação financeira como sua principal actividade, o crédito consiste em disponibilizar ao cliente recursos em valores sob a forma de financiamento e ou empréstimo mediante uma promessa de pagamento numa data acordada entre as partes.

A discussão e implementação dos acordos de BASILEIA, nomeadamente o Basileia II, veio dar uma nova forma a esse relacionamento sector bancário/clientes determinando as regras no que respeita a concessão de crédito e gestão de risco, estabelecendo os limites de crédito associado ao grau de risco das operações.

Surge então, por parte das instituições uma maior preocupação em gerir o crédito e os riscos inerentes a cada operação, apostando em ferramentas e metodologias adequadas ao processo creditício.

As instituições bancárias passam a criar departamentos de risco, colocando a gestão de crédito e de risco nas mãos de profissionais especializados, agindo sob regras e padrões internacionais uniformizados.

Palavras-chave: Intermediação financeira, acordos de Basileia, gestão de crédito e de risco.

ABSTRACT

There is no doubt that the financial system is an integral part of any society. Through their intermediary role, financial institutions receive funds from surplus agents and lend to deficit agents, with promises of future payment.

Banks, with their primary activity being the financial intermediation, the credit is provided to customers in the form of funding or loans and a promise of payment on a date agreed between the parties.

The discussion and implementation of the Basel Accord, Basel II in particular, has given a new form to that relationship banking/customer, setting out the rules regarding the granting of credit and risk management, establishing credit limits associated with the degree of risk of operations.

Banking institutions got more and more concerned with credit and risk management, in all of their operations, using tools and methodologies that are designed to meet the needs of crediting processes.

Banking institutions are creating departments of risk, putting the management of credit risk in the hands of trained professionals, acting under internationally uniform rules and standards.

Key words: Financial Intermediation, Basel Accord, management of credit and risk.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
LISTA DE ABREVIATURAS	VII
LISTA DE FIGURAS	VIII
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Escolha e justificação do tema	2
1.2 Objectivos e objecto de estudo	3
1.3 Delimitação do tema	4
1.4 Metodologia	4
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
2.1 Caracterização da actividade bancária	5
2.2 O papel do Basileia na avaliação do risco	6
2.2.1 O acordo de Basileia I	7
2.2.2 O acordo de Basileia II	8
2.2.3 O acordo de Basileia III	10
2.3 A actividade bancária em Cabo Verde	13
2.3.1 Características	13
2.3.2 Regulação e supervisão	14
2.3.3 Principais rácios – Importância e novos desafios	15
3. O CRÉDITO NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS	17
3.1 A gestão do crédito bancário	17
3.1.1 Conceitos de crédito	18
3.1.2 O crédito a particulares	20
3.1.3 Política de crédito	21
3.2 O processo de concessão de crédito	24
3.2.1 A análise de crédito	24

3.2.2	Análise subjectiva de crédito	26
3.2.3	Análise objectiva de crédito	29
4.	O RISCO DE CRÉDITO	37
4.1	O risco nas instituições Bancárias	37
4.1.1	Conceito de risco	37
4.1.2	Identificação dos principais riscos da actividade bancária	38
4.1.3	A avaliação do risco de crédito a particulares	40
4.1.4	As fontes de informação para análise de crédito	41
4.1.5	Os principais instrumentos de avaliação	44
4.2	Os sinais/alertas de risco.....	48
5.	CASO PRATICO.....	50
5.1	Descrição do caso.....	50
5.1.1	O Processo de concessão de crédito no Banco (x).....	51
5.1.2	Montagem da operação de crédito	52
5.1.3	Cenário actual	54
5.1.4	Proposta de reescalonamento.....	55
5.2	Análise do caso.....	56
5.3	Breves recomendações	57
	CONCLUSÕES.....	59
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

LISTA DE ABREVIATURAS

AMA - Abordagem de Mensuração Avançada

BCV – Banco de Cabo Verde

BIA - Abordagem de Indicador Básico

CRC – Central de Risco de Crédito

EAD – *Exposure at Default*

IFB - Instituto de Formação Bancária

ISGB – Instituto Superior de Gestão Bancária

LGD – *Lost Given Default*

PD – *Probability of Default*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A política de Crédito e a exposição ao risco.....	23
Figura 2. Informações avaliadas pelos modelos de <i>scoring</i>	35
Figura 3. Decisão hipotética de crédito em função da pontuação alcançada.....	35

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que se pretende desenvolver, no âmbito da conclusão do curso de Contabilidade e Administração, ramo Controlo Financeiro, tem como tema: Análise de Crédito e Avaliação de Risco em Instituições Bancárias.

Dentro do cenário empresarial existem vários factores que justificam o sucesso de algumas organizações e o insucesso de outras. A maioria está relacionada com estratégias utilizadas pelas empresas em determinado momento e os seus efeitos no ambiente onde estão inseridas.

No sector bancário, dentre esses factores, ganha destaque a análise de crédito e risco, sendo considerado instrumento gerencial de relevância no contexto do processo competitivo.

O risco de crédito é algo que está presente no quotidiano de qualquer empresa, seja uma empresa da área financeira, seja uma empresa de serviços, comercial ou industrial e sua gestão constitui igualmente factor de diferenciação.

As transformações ocorridas a nível social, económico, legal e regulamentar, juntamente com os efeitos de fenómenos como a globalização financeira, a internacionalização de mercados, a inovação financeira, desregulamentação das taxas de juros e câmbio, a par da intensificação da concorrência, levam a que as organizações tenham que assumir cada vez mais riscos.

A necessidade de controlo e gestão eficaz do risco fez com que as instituições financeiras passassem a primar pelo aperfeiçoamento das técnicas utilizadas para essa função, com o desenvolvimento de inúmeros modelos quantitativos pelas próprias instituições financeiras e pelas entidades reguladoras. No entanto, muitas vezes no intuito de conquistar mais participação no mercado, os bancos negligenciam os procedimentos de crédito, incorrendo grandes riscos de crédito.

Os acordos de Basileia e a implementação das medidas e requisitos definidos pelos mesmos, bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de modelos estatísticos como o modelo de *Scoring*, a par de outros, foram sem dúvida passos importantes no controlo e minimização de riscos.

O trabalho encontra-se estruturado em cinco capítulos. No primeiro faz-se a apresentação e justificação do tema em estudo e apresenta-se os objectivos pretendidos. Já no segundo capítulo apresenta-se o enquadramento teórico da actividade bancária com breve referência a actividade bancária em Cabo Verde. Tendo em conta que o Comité de Basileia figura-se como principal autoridade na regulamentação e supervisão das instituições bancárias, ainda neste capítulo, faz-se uma breve caracterização do comité e das principais medidas no âmbito do seu papel no controlo do risco de crédito.

Por outro lado, no terceiro capítulo trata-se o crédito nas instituições bancárias, fazendo referência a gestão de crédito e aos principais conceitos relacionados, nomeadamente os elementos definidores de crédito, a classificação de crédito, o crédito a particulares, política de crédito e o processo e as vertentes de análise de crédito.

O risco de crédito aborda-se no quarto capítulo, com ênfase no risco de crédito a particulares. Trata-se o processo de avaliação de risco de crédito a particulares, as principais fontes de informação para efeito de análise de crédito e os principais instrumentos de avaliação utilizados, com incidência no modelo de *scoring*.

Para o quinto capítulo apresenta-se uma perspectiva prática, um estudo de caso de um banco da praça, com a análise e descrição de um processo de concessão de crédito a um particular. Analisa-se as principais fragilidades deste processo e faz-se algumas recomendações.

E por último, o estudo apresenta a conclusão.

1.1 Escolha e justificação do tema

O sistema financeiro inclui o sistema bancário, que tem um papel central na estrutura económica de qualquer país, seja qual for o seu estado de desenvolvimento.

Os bancos através da concessão de crédito assumem um papel dinamizador no financiamento de uma economia funcionando como fornecedores de crédito. O crédito assume-se assim como o principal produto bancário, merecendo desta forma especial

atenção por parte da gestão bancária, para que a actividade creditícia se processa em condições de rendibilidade adequadas ao sucesso dos bancos.

A análise de crédito vem despertando o interesse de todos que actuam nesta área, sendo a principal ferramenta utilizada pelas instituições de crédito para reduzir os riscos do incumprimento.

Tendo a crise de 2008 origem essencialmente bancária, quer as autoridades reguladoras, quer as instituições financeiras não têm medido esforços em reestruturar a regulação e a supervisão desse sector, tendo em conta a dimensão e a intensidade dos impactos provocados pela mesma na economia mundial.

1.2 Objectivos e objecto de estudo

O presente trabalho tem como objectivo geral fazer uma análise descritiva da análise de crédito e de risco nas instituições bancárias.

Aborda-se com especial ênfase as metodologias e os instrumentos de análise de crédito e avaliação de risco utilizados pelas instituições bancárias, especialmente na análise do crédito a particulares.

O trabalho tem ainda por objectivos específicos, demonstrar a importância da existência de uma boa gestão de crédito dentro de uma instituição bancária e descrever os instrumentos e metodologias utilizadas na análise de crédito e na avaliação de risco, com especial enfoque no crédito a particulares.

É neste sentido que, de acordo com os objectivos desta temática teremos como problema central:

- Estudar e entender o processo de concessão de crédito numa instituição bancária local, bem como analisar as fragilidades encontradas durante a análise e avaliação do risco inerentes ao crédito;

1.3 Delimitação do tema

Cabe salientar que a preocupação deste estudo é mostrar a importância de conhecer os riscos associados ao processo de concessão de crédito a particulares.

A ênfase do estudo centra-se na importância da existência de uma boa política de gestão de crédito que levem em consideração variáveis que estejam directamente relacionadas com o potencial de pagamento dos clientes.

1.4 Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório, buscando analisar os procedimentos de análise e concessão de crédito numa instituição bancária.

Para a concretização deste estudo optamos por fazer a elaboração de um plano com a estrutura do trabalho e com base nele iniciámos recolha de dados bibliográficos em livros, revistas especializadas, artigos nos jornais, *Papers*, *Internet* e outras publicações relacionadas com o assunto.

Para operacionalizar a pesquisa foi realizado um estudo de caso. A utilização de um estudo de caso leva o pesquisador a vivenciar situações reais que ocorrem nas empresas, através de factos que ocorrem no quotidiano. No que concerne ao estudo de caso, Gil (1994) explica que *“é uma investigação empírica que estuda um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não estão claramente evidentes”*

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Caracterização da actividade bancária

O Instituto de Formação Bancária (IFB) (2004) define o sistema financeiro como o conjunto de instituições que asseguram a canalização de poupança para o financiamento de acordo com o quadro legal que rege a actividade financeira. No entanto, Gitman (1997) caracteriza-as como *“intermediários que canalizam as poupanças de indivíduos, empresas e governos para empréstimos e investimentos”*.

Através da sua função de intermediação, os bancos e os mercados financeiros tornam possível que o capital excedentário de depositantes, accionistas e obrigacionistas seja canalizado para o desenvolvimento de actividades económicas onde esse capital é necessário, bem como para a aquisição de bens e serviços por parte das famílias.

A dinâmica que se faz sentir no sector bancário, forçada principalmente por fenómenos como a globalização, a liberalização, a inovação, a par da intensificação da concorrência, conduziu nas últimas décadas a alterações profundas na actividade bancária.

A liberalização teve efeitos notáveis sobre a estrutura do sector bancário. Principalmente no que tange aos níveis da actividade creditícia, da rentabilidade, da cobertura bancária, da intervenção nos mercados bolsista e cambial, da internacionalização das instituições, da inovação de serviços financeiros até ao grau de concentração, as alterações foram rápidas e profundas.

O processo de desregulamentação determinou novas estratégias de cooperação e concorrência das instituições de crédito cuja face mais visível foi a emergência recente de diferentes grupos financeiros e o processo de fusões e aquisições. Ainda no que se refere a este tema, o Instituto Superior de Gestão Bancária (ISGB) (2004)¹, aponta que:

Actualmente tem-se falado muito na desregulamentação ou na liberalização financeira. Esta desregulamentação não é, de modo algum sinonimo de liberdade total dentro do sistema

¹ Financiamento e Crédito Bancário I (2004)

financeiro, mas sim, o estabelecimento de um equilíbrio entre a regulamentação considerada indispensável e a flexibilidade suficiente, de modo a permitir a adaptação das instituições às constantes mutações.

Não obstante todas essas alterações, o crédito é e continua a ser o principal produto bancário. A margem financeira² e as comissões resultantes, a principal componente dos proveitos dos bancos.

Conforme explanado por Figueiredo (2009)³, a natureza da actividade bancária pressupõe a existência de uma forte estrutura reguladora e uma cooperação institucional sólida, capazes de se anteciparem a eventuais falhas e capazes de se adaptarem a novas realidades e exigências.

Ferreira (1994) escreve que o aspecto fundamental do enquadramento da actividade bancária diz respeito a sua regulamentação, na medida em que ela é sem dúvida uma das actividades económicas mas regulamentadas em qualquer país, em virtude de ser considerado o principal responsável pela criação de meios de pagamento do sistema económico nacional. O objectivo dessa forte regulação é criar um sector bancário sólido e seguro que constitua um elemento estabilizador da economia e auxilie as instituições no controlo dos riscos específicos.

2.2 O papel do Basileia na avaliação do risco

Fundado em 1930, em Basileia, na Suíça, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia, é a mais antiga organização financeira internacional. Ela foi criada pelos bancos centrais do G10⁴, na sequência do período de grande instabilidade e

² Designação dada a diferença entre as taxas de juros activas (recebidos dos empréstimos concedidos) e as taxas de juro passivas (advenientes da remuneração dos depósitos)

³ Figueiredo, A. M. (2009), Dissertação, *A especificidade na actuação dos bancos públicos – o caso da Caixa Geral de Depósitos*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

⁴ Organização criada em 1962 por um grupo de dez países industrializados (Alemanha, Bélgica, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Holanda, Reino Unido e Suécia), actualmente conta com mais membros.

perturbações que se verificava no mercado internacional bancário e cambial e pela falência de alguns dos mais importantes bancos mundiais.

2.2.1 O acordo de Basileia I⁵

Considerado um passo decisivo na harmonização dos padrões de supervisão e regulação bancária este acordo foi ratificado por mais de cem países.

Neste acordo, foram estabelecidos os princípios fundamentais que devem ser usados como referência pelas autoridades públicas na supervisão dos bancos localizados nos países que assinaram o acordo. Destes princípios salientam-se as exigências mínimas de capital, que devem ser respeitadas por bancos comerciais, como precaução contra o risco de crédito⁶.

Segundo Carvalho (2009), o Basileia I estabeleceu os níveis mínimos de solvabilidade para o sistema bancário internacional, contribuindo assim para reforçar a solidez e estabilidade do mesmo, por outro lado, tinha como objectivo diminuir as fontes de desequilíbrio competitivo entre os bancos e os sistemas bancários nacionais.

A actividade bancária comporta riscos. Esses riscos devem estar devidamente cobertos por Fundos Próprios. Ao rácio de cobertura de riscos por Fundos Próprios, denomina-se Rácio de Solvabilidade e calcula-se do seguinte modo:

$$\frac{\text{Fundos Próprios (FP)}}{\text{Activos Ponderados pelo Risco (APR)}}$$

Inicialmente, o Basileia I introduziu requisitos mínimos de capital para todos os bancos, correspondentes a cerca de 8% dos activos ponderados por risco de crédito, ou seja, adequação do capital à pelo menos 8% do activo do banco.

⁵ O primeiro Acordo de Basileia, ou Basileia I, (oficialmente denominado International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards) foi assinado em 1998, na suíça.

⁶ Dada a importância do assunto para o tema em estudo, este será tratado mais adiante em capítulo separado.

O IFB (2009) esclarece que, este rácio, aplicado ao sistema significa que, para a generalidade dos créditos, os bancos tinha de dispor de um mínimo de oito unidades monetárias, por cada cem que concedessem de crédito.⁷

Ao longo dos anos foram sendo apontados imensas críticas a este acordo, nomeadamente do mesmo não levar em consideração quer o risco de cada operação individual, quer a redução do risco de crédito resultante da diversificação das carteiras de crédito. Isto é, segundo exemplo apontado pelo IFB (2009), um banco que concedesse uma única operação de risco acentuado de um certo montante, e outro dispendo de uma carteira diversificada, de operações de risco reduzido, dispunham da mesma percentagem de fundos próprios (8%). Verificava-se então uma penalização para os bancos mais rigorosos em matéria de risco, por não levar em conta a diversificação das carteiras de crédito.

2.2.2 O acordo de Basileia II

Cerca de dez anos volvidos, o Comité de Basileia iniciou uma profunda revisão do Acordo de Capital, que culminou com a publicação, em Junho de 2004, do documento "International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: a Revised Framework", já conhecido por "Basileia II" e por "Novo Acordo de Capital".

Isto porque, a definição de requisitos mínimos de fundos próprios do Acordo de Capital de 1988, que, à data da sua introdução, reflectia razoavelmente a abordagem utilizada pelos bancos no controlo dos riscos, afastou-se progressivamente dos sistemas de gestão dos riscos financeiros, tornando cada vez mais evidentes as suas limitações, enquanto medida da avaliação da adequação dos níveis de capital face ao risco.⁸

Na opinião de Carvalho (2009), na origem deste novo acordo, esteve o facto de se tornar os requisitos de capital mais sensíveis ao risco, por exemplo, fazendo variar o nível de capital de cada entidade com o perfil de risco por ela assumido ao longo de

⁷ O rácio de solvabilidade aqui referido, obtido através da divisão entre os fundos próprios e os activos de risco, passam a contemplar no numerador do rácio o valor do capital regulamentar (Carvalho, 2009)

⁸ Boletim on-line "O Bancário" de 28-12-2004, disponível em <http://www.cgd.pt/Empresas/Informacao-Empresa/Documents/SBSI>

tempo. O Basileia II procurou também criar espaço para a actuação das autoridades, bem como premiar os bancos que revelarem melhor capacidade de gestão de risco.

Assim o novo acordo ou o Basileia II, considera não apenas os riscos de crédito, como também os riscos de mercado e pela primeira vez, passam a ser considerados os riscos operacionais da actividade bancária. São igualmente introduzidas alterações à forma de avaliação do risco de crédito.

Essas alterações culminaram na definição deste acordo sob forma de três pilares fundamentais. O primeiro pilar refere-se exigência de capital mínimo, a partir de medidores de risco de mercado, risco de crédito e risco operacional.

Carvalho (2009) afirma que no que se refere ao risco de crédito, o Comité de Basileia propõe dois métodos para determinação do capital necessário para a sua cobertura, bem como a determinação das componentes da perda esperada: a probabilidade de incumprimento, a perda dado o incumprimento e o valor da exposição dado o incumprimento (abreviadamente designados por PD, LGD e EAD, respectivamente).⁹

O primeiro método designa-se por método padrão ou standard, baseia-se, em larga medida, nas notações divulgadas por agências de *rating*. Mesmo tendo características derivadas do Basileia I, este método é mais sensível à quantificação do risco, na medida em que leva em conta na ponderação dos riscos (derivados em função da pontuação atribuída pelas agências de rating) o tipo de cliente e a sua exposição.

O segundo é o método dos *ratings* interno (abreviadamente designado por IRB), em ao contrário do método padrão, são utilizados sistemas internos de notação para o cálculo dos requisitos de capital. Este método tem duas variantes, o IRB *foundation* que IRB *advanced*, mais sofisticado.

⁹ PD – *Probability of Default*: representa a expectativa de um conjunto de clientes não honrarem os compromissos financeiros assumidos. O Comité de Basileia considera uma exposição em default, quando, entre outras razões, apresenta atraso igual ou superior a 90 dias.

LGD – *Loss Given Default*: representa a perda efectiva ocorrida em situações de incumprimento, após as tentativas de recuperação.

EAD – *Exposure at Default*: valor da exposição ao risco no momento do incumprimento.

Em relação ao risco operacional, as instituições terão a opção de adoptar uma das três seguintes abordagens para a mensuração do capital: Abordagem de Indicador Básico (BIA), Abordagem Padronizada e Abordagem de Mensuração Avançada (AMA).¹⁰

Já o segundo pilar trata convergência das políticas e práticas de supervisão e revisão, para que cada banco tenha processos internos sólidos para avaliar a adequação do seu capital, com base em uma adequação completa dos seus riscos. Pretende também assegurar a fixação de requisitos mínimos diferenciados, em função dos perfis de risco ou da solidez dos sistemas de gestão e controlo interno das instituições.

Tendo em conta a importância da transparência na disponibilização de informação, o terceiro pilar aborda a disciplina de mercado. Este pilar preconiza a divulgação de informações sobre os riscos e gestão por parte dos participantes do sistema bancário, ao mercado e público em geral, de modo a assegurar maior transparência sobre a situação financeira e a solvabilidade das instituições.

2.2.3 O acordo de Basileia III

Em 17 de Dezembro de 2009, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia emitiu dois documentos de consulta com propostas para o fortalecimento da regulação global sobre capital e liquidez com o objectivo de promover um sector bancário internacional mais resistente.¹¹

Tendo como espelho a intensidade e abrangência da crise financeira de 2008, este acordo surge da necessidade de se pensar e redefinir os padrões básicos de supervisão e regulação do sistema financeiro mundial, como forma de assegurar a estabilidade do sistema financeiro mundial.

O que começou por ser uma crise relacionada com o crédito à habitação nos Estados Unidos da América, em que, em princípio, restringir-se-ia ao sector imobiliário norte-

¹⁰ Disponível em <http://www.febran.org.br>

¹¹ Disponível em http://www.pwc.com/pt_PT/pt/temas-actuais/imagens/Brochura-Basileia-III-Mai-2010.pdf

americano, acabou por se alastrar pelos diferentes produtos titularizados de uma forma generalizada, uma vez que um montante considerável do crédito concedido foi transformado em títulos e mais tarde em instrumentos ou derivativos especiais de crédito também conhecidos por activos tóxicos, adquiridos na sua grande maioria por instituições financeiras mundiais.

Foi consensual que esta situação teve como causa principal a falta de regulação e supervisão das instituições financeiras com funções básicas para a economia.

Considerado como a reforma mais importante a resultar da crise financeira que se fez sentir nos mercados mundiais, este novo acordo, já denominado de acordo de Basileia III, prevê alterações consideráveis na actividade bancária.

As propostas do Comité de Basileia, para este acordo focam-se na melhoria da regulação global nas áreas de capital e liquidez. As medidas incluem:¹²

- Medidas de supervisão micro prudenciais destinadas a melhorarem a resistência das instituições a choques decorrentes de stress financeiro e económico (tais como o aumento da qualidade e quantidade dos buffers de liquidez e capital).
- Medidas macro prudenciais para melhorar a resistência do sistema bancário internacional como um todo (tais como buffers de capital contraciclo e medidas para responder ao risco sistémico).

Ao abrigo deste novo acordo de Basileia, os bancos terão que manter reservas de capital superiores as actuais¹³, bem como incluir *buffers* ou margens de capital. Estes requisitos terão que ser verificados até 2019.

¹² Disponível em http://www.pwc.com/pt_PT/pt/temas-actuais/imagens/Brochura-Basileia-III-Mai-2010.pdf

¹³ O **capital Tier 1**, que mede a estabilidade financeira dos bancos, é constituído essencialmente pelos capitais próprios da instituição, que incluem acções preferenciais e resultados de exercícios anteriores, depois de deduzidos os dividendos pagos aos accionistas.

É considerada a medida central de saúde financeira de um banco, do ponto de vista de um regulador. Emerge do acordo de Basileia I e encontra-se praticamente inalterado no acordo de Basileia II.

As principais alterações verificam-se a nível do capital “Tier 1” (core Tier 1), que terá que se situar no patamar mínimo 4,5%, ante os 2% actuais.

A introdução dessas medidas será faseada, começando a ser exigido 3,5% em 2013, alcançando os 4,5% apenas em 2015.

O valor total do Tier 1 ou o rácio mínimo de reservas totais Tier 1 passa dos 4% actuais para um mínimo de 6%.

Em relação a criação da protecção adicional (almofada de segurança), esta divide-se em margem de conservação de capital e margem contra-cíclicas. A primeira terá que atingir até 2019 o valor máximo de 2,5% dos activos ponderados e visam responder a futuros períodos de stress na actividade bancária. A segunda situa-se entre os 0% e os 2,5% e procura essencialmente proteger os bancos de períodos de maior excesso no crescimento agregado de crédito. Os bancos têm de 2016 à 2019 para cumprir com os *buffers* de capital.

Em suma, este novo acordo de Basileia, através das propostas para novos rácios de capital e buffers, revela uma clara preocupação com a gestão do risco sistémico que a actividade bancária representa e também com a necessidade de se gerir com maior

O rácio Tier 1 é um rácio de solvabilidade financeira, que representa o quociente do risco do banco ponderado sobre a totalidade dos seus activos ponderados pelo risco (APR) coberto pelo seu capital Tier1.

Serve para medir a capacidade do banco em suportar futuras perdas, na medida em que, trata-se de uma margem de segurança de capital para fazer face a prejuízos inesperados. Não é o mesmo que suportar perdas esperadas, pois estas são cobertas por provisões, reservas e lucros exercício corrente.

O **capital Tier 2** é uma medida de capital suplementar de um banco do ponto de vista dos reguladores. Serve como métrica para avaliar a capacidade do banco para absorver perdas no caso de liquidação da sociedade.

O capital total é a combinação do Tier 1 com o Tier 2, deduzido dos investimentos em subsidiárias não consolidadas.

O acordo de Basileia estabelece que os rácios prudências para o Tier 1 deve ser de pelo menos 4% e, combinados com o Tier 2 devem ser de pelo menos de 8%.

Para ser considerado um banco devidamente capitalizado o rácio Tier 1 deve ser no mínimo de 6% e combinado com o Tier 2 deve ser pelo menos de 10%.

prudência os “bons tempos”, em função de eventuais subseqüentes ciclos de maior dificuldade.

2.3 A actividade bancária em Cabo Verde

2.3.1 Características

O Banco de Cabo Verde (BCV) foi criado em 29 de Setembro de 1975, tendo-lhe, então, sido cometidas as funções de banco central e emissor, autoridade cambial, caixa de tesouro e banco comercial e de desenvolvimento.

Em Agosto de 1993, foi aprovada uma nova Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, passando este a exercer exclusivamente as funções de banco central e atribuindo-se-lhe sucessivamente responsabilidades acrescidas no domínio da supervisão e controlo das diversas instituições que actuam nos mercados monetário e financeiro, incluindo o sector segurador e o mercado de capitais.

Segundo o BCV¹⁴, a cobertura bancária no país continua a expandir, traduzida não só na criação, pelos bancos existentes, de novas agências sediadas em zonas rurais e nas pequenas vilas, mas também no surgimento de novos bancos, podendo este espaço de concorrência beneficiar tanto os agentes económicos como o sistema financeiro nacional.

Ainda de acordo com o BCV e com a Lei nº 03/V/96 de 01 de Julho, que regula o exercício da actividade bancária e de crédito (constituição e condições de funcionamento), pode considerar-se o sistema bancário cabo-verdiano da seguinte forma:

- Instituições de crédito, designadamente bancos e instituições especiais de crédito¹⁵;

¹⁴ Relatório Anual do BCV – Balanço e Contas 2009 (2010)

¹⁵ O BCA – Banco Comercial do Atlântico, a CECV – Caixa Económica de Cabo Verde, o BI – Banco Interatlântico, o BCN – Banco Cabo-verdiano de Negócios, o BAI – Banco Africano de Investimentos, o BESCv - Banco Espírito Santo Cabo Verde, o Ecobank e o Novo Banco. De momento não existem, em Cabo Verde, quaisquer Instituições Especiais de Crédito.

- Instituições parabancárias¹⁶;
- Instituições financeiras internacionais (I.F.H);

2.3.2 Regulação e supervisão

A regulação e o controlo do sistema financeiro cabo-verdiano estão a cargo do Banco de Cabo Verde e do Governo, através do Ministério das Finanças. Os poderes de superintendência, supervisão e disciplina pertencem ao Banco de Cabo Verde, tendo por base legal essencialmente os Acordos de Basileia. O Ministério das Finanças propõe a política financeira do Estado nos domínios monetário, cambial e de crédito, sob a consulta ao Banco Central.

Dentro da regulação e supervisão das instituições que constituem o sistema financeiro nacional, o BCV tem como principais funções¹⁷:

- Regular o funcionamento dos mercados monetários, financeiro e cambial;
- Emitir, se necessário, normas temporárias de emergência que regulem o volume de crédito e as taxas de juro de operações bancárias de natureza comercial;
- Exigir que as instituições de crédito mantenham depósitos junto do Banco, em montantes mínimos estabelecidos e relacionados com a dimensão, tipo ou maturidade dos depósitos respectivos, empréstimos e outras responsabilidades;
- Exercer a supervisão das instituições de crédito e parabancárias;

¹⁶ Existem em Cabo Verde uma sociedade de capital de risco – A Promotora, várias agências de câmbio, uma sociedade emitente ou gestora de cartões de crédito e a SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos.

¹⁷ Relatório Anual do BCV – Relatório e Contas 2010 (2011)

2.3.3 Principais rácios – Importância e novos desafios

Conforme o BCV:

A manutenção de um nível adequado do rácio de capital constitui um factor de extrema importância para a estabilidade do sistema financeiro, uma vez que garante que as instituições tenham capacidade para absorver choques adversos não esperados e mantenham o desempenho da sua função de intermediação na economia¹⁸.

Em relação ao rácio de solvabilidade, com referido anteriormente, o estabelecimento do limite mínimo do rácio de solvabilidade foi proposto em 1988 pelo Comité de Basileia nos 8%, o que ficou a ser conhecido como rácio de Basileia.

Em Cabo Verde o limite mínimo foi fixado nos 10%. Assim, as instituições são obrigadas a manter o valor do rácio no limite mínimo requerido, sendo, se necessário, obrigatório proceder a aumentos de capital, de forma sustentável com o nível de risco assumido. A actual configuração do rácio não contempla contudo outros riscos derivados da actividade bancária como sejam os de taxa de juro e de liquidez.

No entanto, o BCV aponta que *“Apesar do reforço contínuo dos fundos próprios, os bancos cabo-verdianos têm necessidade de melhorar o seu nível de solvência, dado que vêm mantendo, nos últimos anos, o rácio de solvabilidade à volta dos 11%, portanto praticamente no limite dos 10% regularmente exigidos, se bem que ainda superior ao mínimo de 8% exigido pelo Acordo de Basileia”*¹⁹.

O risco de liquidez é inerente à actividade bancária, e consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade por parte de uma instituição em cumprir com as obrigações e os compromissos financeiros que assumiu, por falta de fundos disponíveis.

¹⁸ Relatório de Estabilidade Financeira do BCV – 2009 (2010)

¹⁹ Relatório de Estabilidade Financeira do BCV – 2009 (2010)

Em relação ao rácio de liquidez, conforme explanado no Aviso nº 8/2007 de 19 de Novembro “*As instituições devem manter um Rácio de Liquidez de pelo menos 20%, calculado da seguinte forma*”:

$$\frac{\text{Activos de Grande Liquidez}}{\text{Passivo total, não incluindo fundos próprios}}$$

3. O CRÉDITO NAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

3.1 A gestão do crédito bancário

Independente do sector onde actua a empresa, operacionalizar um sistema de gestão de crédito, implica, antes de mais, o conhecimento e especificação do missão e dos objectivos que se espera ver atingidos.

Para que a gestão de topo da organização concretize os seus objectivos, é necessário tornar claro os propósitos globais da organização para todos os colaboradores envolvidos, bem como evidenciar a interligação funcional entra a gestão de crédito e as demais áreas.

É neste sentido que um sistema de gestão e controlo de crédito eficiente e organizado deve ter em consideração alguns princípios genéricos, nomeadamente:

- Definição políticas de crédito, isto é, regras de conduta comercial e financeira que nortearão a concessão de crédito;
- Organização de uma base de dados de informações que facilite a avaliação dos riscos dos clientes;
- Cobertura do risco de concessão de crédito através de um seguro adequado;
- Criação de uma estrutura de gestão e recuperação de crédito com colaboradores habilitados e motivados;

Segundo Baptista (2004), a gestão de crédito deverá implantar os passos necessários para traduzir, de uma forma ampla, princípios flexíveis, em orientações que possam ser usadas pelo pessoal de crédito nas operações de diárias do departamento. Este processo começa normalmente com o estabelecimento dos objectivos de curto prazo e determinação de medidas que permitam assegurar aquelas políticas.

3.1.1 Conceitos de crédito

3.1.1.1 O crédito

A palavra crédito de acordo com Schrickel (1997), deriva do latim *credere* que significa acreditar, confiar, ou seja: acredita-se, confia-se que alguém vá honrar seus compromissos. Crédito, “*é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu património a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado.*” Já para Ferreira (1999)²⁰ crédito é a segurança de que alguma coisa é verdadeira; é confiança. Acredita-se, confia-se que alguém vai honrar os compromissos assumidos. Assim considera-se uma operação de crédito, aquela na qual se troca um valor actual pela promessa de pagamento futura.

Ainda na opinião do autor (1994)²¹, crédito é todo acto de vontade ou disposição de alguém entregar ou ceder, temporariamente, parte de seu património a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, após decorrido o tempo estipulado. Esta parte do património pode ser materializada por dinheiro (empréstimo monetário) ou bens (empréstimo para uso, ou venda com pagamento parcelado).

3.1.1.2 Elementos definidores de crédito

Os elementos definidores de crédito, conforme explanado por Nunes (2009), são função uns dos outros, não são independentes. São eles a finalidade, o montante, o prazo, o preço, o risco e a garantia.

A finalidade de um crédito está directamente ligado ao montante solicitado, ou seja, este deve ser o suficiente para o cliente adquirir o bem que necessita.

²⁰ Silva, J.A. (2002). *Análise do estabelecimento do limite de crédito*. Administração do Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado da Universidade de São Paulo.

²¹ Silva, J.A. (2002). *Análise do estabelecimento do limite de crédito*. Administração do Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado da Universidade de São Paulo.

O prazo do crédito está relacionado com a vida útil do bem adquirido, não devendo ser superior à vida útil do mesmo. Não é razoável que o cliente esteja a pagar por algo que não utiliza.

A semelhança de qualquer produto ou serviço adquirido fora do sector bancário, os produtos/serviços dos bancos têm preço. No crédito bancário, o preço inclui o custo dos fundos que o banco paga a quem lhe disponibiliza o dinheiro (clientes, depositantes, investidores e/ou outras instituições de crédito) e os custos administrativos associados ao crédito (análise da proposta e gestão do crédito). Para formar o preço final, adiciona-se uma margem de lucro.

No que respeita ao risco, pode-se dizer que o risco de crédito é o prejuízo potencial decorrente da operação, isto é, que terá lugar se os termos do acordo não forem cumpridos. Não existe crédito sem risco.

a principal garantia do crédito bancário, é a finalidade do mesmo, o qual deverá libertar fundos ao longo do tempo, susceptíveis de fazer face, no (s) montante (s) certo, à satisfação da dívida contraída.

3.1.1.3 Classificação de crédito

Na opinião de Silva (1998) citado por Faria (2006)²², o crédito divide-se em dois tipos da forma mais ampla: crédito público e crédito privado.

O crédito público trata das relações entre os estados e as pessoas ou empresas e o crédito privado trata das relações entre as pessoas ou entre as empresas.

O crédito privado por sua vez subdivide-se em crédito comercial e crédito bancário.

O Crédito comercial é a forma mais comum de financiamento a curto prazo. Podemos defini-lo como sendo o crédito a curto prazo concedido por um fornecedor a um comprador, em decorrência da compra de mercadorias ou serviços para posterior revenda ou utilização. O fornecedor concede o crédito, quando vende seus produtos, a

²² Faria, M.P.C. (2006). *Análise de crédito à pequena empresa*. Faculdade de Economia e Finanças, Universidade Federal de Rio de Janeiro.

prazo, aos grossistas. Na sequência, o grossista também o faz quando vende aos retalhistas.

No entanto, o crédito bancário tem como base o empréstimo em moeda corrente. Conforme IFB (2009)²³, o crédito bancário pode ser definido como o direito que um banco adquire, através de uma entrega inicial em dinheiro (real ou potencial) a um cliente, de receber desse cliente, o devedor, em datas futuras, uma ou várias prestações em dinheiro cujo valor total é igual ao da entrega inicial, acrescido do preço fixado para este serviço.

Os bancos concedem crédito através de seus empréstimos a empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços, para cobertura de suas actividades operacionais e suprir necessidades de capital circulante e ainda concede crédito aos consumidores, para satisfação de suas necessidades pessoais;

Quanto à entidade devedora, o Instituto Superior de Gestão Bancária (ISGB)²⁴, distingue o crédito a particulares, o crédito às empresas privadas e ao estado.

3.1.2 O crédito a particulares

À excepção do crédito à habitação, as operações de crédito a particulares²⁵ são montantes bastante baixos. Isto leva a que os bancos tenham em mãos a seguinte situação: um grande número de clientes, com operações de baixo valor.

Gerir uma carteira de crédito com estas características, fez com que as instituições de crédito procurassem por novas formas de gerir o processo de concessão de crédito e avaliação do risco.

Uma das técnicas que permitiram aos bancos corresponder ao crescimento rápido no domínio do crédito a particulares foi o desenvolvimento do sistema crédito *scoring*, sistema esse que será tratado mais adiante.

²³ Nunes, H.I. (2009). *Crédito*. Lisboa: Instituto de Formação Bancária (IFB).

²⁴ Financiamento e Crédito Bancário I (2004)

²⁵ A categoria de crédito a particulares é caracterizada por pedidos de crédito muito específicos, como por exemplo destinado à compra de habitação, aquisição de carro, de computador, cartões de crédito. (ISGB, 2004)

3.1.3 Política de crédito

Nenhuma instituição deve realizar um negócio de crédito e dá-lo como certo, ou seja, que o cliente irá cumprir com as suas obrigações na data combinada. A confiança depositada pelo credor no cliente pode a qualquer momento ser abalada, na medida em que, tratando-se uma obrigação a ser liquidada no futuro, a qualquer momento o cliente pode falhar. É por este motivo que os clientes e as operações devem ser permanentemente acompanhados.

Um dos principais objectivos de um banco é encontrar as necessidades de crédito de sua área de serviços e, para encontrá-las, deve ter políticas específicas que guiem tanto as actividades comerciais como as de empréstimos. (Douat, 1995)²⁶

Qualquer empresa, seja ela inserida no sector financeiro ou não, ao conceder crédito em determinado montante, baseia a sua decisão em regras.

As políticas de crédito podem ser consideradas linhas de orientação que norteiam o processo decisório de crédito, formuladas com perspectiva de longo prazo. Estas deverão garantir à partida, menor risco possível. No entanto Carvalho (2009) diz que *“a política de crédito expressa o conjunto de normas de índole comercial, financeira e operacional, segundo o qual se deve reger a gestão do crédito de uma dada organização”*.

Todo o ciclo de concessão de crédito, a análise e o controlo de risco de crédito²⁷ só serão eficazes, se primeiramente os objectivos e metas pretendidas transparecerem devidamente da política de crédito.

²⁶ Silva, J.A. (2002). *Análise do estabelecimento do limite de crédito*. Administração do Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado da Universidade de São Paulo

²⁷ Dada a sua importância para o tema, o Risco de Crédito será tratado em capítulo separado mais adiante.

3.1.3.1 Objectivos

O objectivo de uma política de crédito é assegurar que os devedores paguem conforme foi acordado previamente.

O Banco do Brasil (1997), citado por Silva (2002), defende que a definição e permanência das políticas de crédito têm por objectivo atingir padrões de desempenho compatíveis com a boa técnica bancária e as melhores práticas do mercado, visando atingir, dentre outros, os níveis adequados de risco nas operações de crédito e assegurar a coerência nas decisões tomadas pela instituição.

Carvalho (2004) reforça ao afirmar que a definição de uma política de crédito não passa exclusivamente por considerações de ordem financeira, mas também atende a condicionalismos externos que podem ter influências determinantes na empresa, designadamente a política de preços praticada pela indústria onde esta inserida, a concorrência, a estabilidade económica do sector e outras regras existentes no mercado, que poderão restringir o estabelecimento e o cumprimento dessas normas, isto é, das políticas de crédito.

3.1.3.2 Os tipos de políticas de crédito

Esta classificação é feita, segundo o Carvalho (2004) em função de grau de tolerância ao risco e, por consequência, da exposição que a organização está disposta a assumir face a este risco, em contrapartida de uma determinada rentabilidade. Neste sentido, segundo o autor, é pouco provável haver duas organizações com políticas de crédito exactamente iguais.

Sendo assim e segundo o autor supracitado, por ordem crescente de tolerância ao risco, as políticas de crédito podem ser classificadas em:

- Política de crédito restritiva situa-se no extremo inferior de tolerância ao risco, com a finalidade primordial de reduzir o valor dos incobráveis. Neste tipo de política, tendencialmente será rejeitada a concessão de crédito a clientes com pouca credibilidade;

- Política de crédito moderada apresenta maior ponderação no momento da decisão. Não existe flexibilização total das condições de crédito, pois o risco total da carteira de crédito é acompanhado;
- Política de crédito liberal é normalmente utilizada por empresas de pequena dimensão que procuram crescer rapidamente. Enquadram-se neste tipo de política, as que visam estimular o crescimento do volume de negócios, utilizando como ferramenta a flexibilização das condições de crédito, quer e termos de sua aprovação, quer em termos de prazos concedidos.

Figura 1: A política de Crédito e a exposição ao risco

Tipo de cliente	Política Restritiva	Política Moderada	Política Liberal
Avaliação de crédito	Fundamental	Fundamental	Não é fundamental
Aceitação de negócios	Exige garantias quando o risco é elevado. Concede crédito a clientes de baixo risco.	Aceita riscos marginais, desde que não deteriore o risco da carteira total.	Actua sobre riscos não calculados. Negócios angariados com total autonomia pela área comercial.
Controlo do Risco	Exige garantias se não houver deterioração do risco . Suspende o crédito e relações comerciais futuras, após o 1º incumprimento.	Controla o risco total da carteira de crédito, vigiando o efeito marginal de cada operação de crédito.	Reduzido controlo do risco.

Fonte: Fundamentos da Gestão de Crédito

3.2 O processo de concessão de crédito

3.2.1 A análise de crédito

“A análise de crédito é um processo que envolve o motivo pelo qual a empresa necessita do crédito, a análise das demonstrações financeiras para destacar as tendências em determinados períodos, o ajuste das contas para o modelo de análise do banco, o objectivo do empréstimo e o fluxo de caixa projectado, a análise sectorial, a capacidade administrativa da empresa, e situação das garantias oferecidas” (Altman, Caouette & Narayana, 2000)²⁸

A análise de crédito é uma tarefa fundamental de extrema importância nos bancos e nas instituições de crédito em geral, na medida em que o crédito constitui o seu principal produto.

Qualquer unidade económica, por mais pequena que seja, tem desde o início da sua actividade uma preocupação: vender, quer se trate de bens ou de serviços. Sucede que nem todos os clientes pagam a pronto, recorrendo, por isso, ao crédito.

Brealey e Myers (1998) apontam que, se negociar com um novo cliente, deve-se contactar uma empresa de informações comerciais²⁹ para averiguar a sua capacidade de crédito. Essas empresas informam geralmente sobre a experiência que as outras empresas têm tido com o cliente. São obtidas através de um serviço informativo de crédito ou contactando directamente as empresas.

O principal objectivo da análise de crédito nos bancos ou em qualquer outra instituição de crédito, é de identificar riscos inerentes á concessão de crédito ao solicitante, concluir acerca da capacidade deste em cumprir com os termos do acordo bem como

²⁸ Silva, J.A. (2002). *Análise do estabelecimento do limite de crédito*. Administração do Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado da Universidade de São Paulo.

²⁹ Como exemplo os autores apontam a Dun & Bradstreet, uma das maiores empresas do ramo, com uma base de dados que contém informações sobre mais de 9 milhões de empresas.

tecer recomendações acerca da melhor estrutura, tipo e montante de crédito a conceder.

A tarefa de analisar crédito não é de forma alguma fácil e simples. Segundo Schrickel (1994) citado por Faria (2006)³⁰, a análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas. Esta habilidade depende da capacidade de analisar logicamente situações, não raro, complexas, e chegar a uma conclusão clara, prática e factível de ser implementada.

Conforme Brealey e Myers (1998) existem várias formas de avaliar a probabilidade de um cliente vir a pagar as suas dívidas. O indicador mais óbvio é se pagou pontualmente no passado. No entanto, é preciso estar atento com o cliente que estabelece um elevado limite de crédito na base de uma série de pequenos pagamentos e depois desaparece deixando uma enorme dívida por liquidar.

3.2.1.1 O limite de crédito

O limite de crédito é um instrumento utilizado pelos agentes financeiros, com a finalidade definir o valor máximo que o banco admite emprestar ao cliente, dimensionando-o à histórica capacidade de geração de recursos do cliente, diminuindo assim a probabilidade de incumprimento por parte do mesmo. (Silva, 2002)³¹

Ainda conforme Silva (2002), este procedimento permite que haja uma postura pró-activa por parte da instituição, ou seja, antes de se decidir pela concessão do crédito, ela terá que conhecer o cliente, identificar suas necessidades e os riscos envolvidos. Isto proporcionará uma avaliação mais segura e posteriormente maior agilidade no processo de concessão.

³⁰ Faria, M.P.C. (2006). *Análise de crédito à pequena empresa*. Faculdade de Economia e Finanças, Universidade Federal de Rio de Janeiro.

³¹ Silva, J.A. (2002). *Análise do estabelecimento do limite de crédito*. Administração do Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado da Universidade de São Paulo.

Considerando que a definição de risco indica a probabilidade de perda, o estabelecimento de limites de crédito, tem relação proporcional ao risco, ou seja, quanto maior o risco menor o limite, reduzindo a concentração de crédito em clientes de maior risco.

3.2.2 Análise subjectiva de crédito

Gitman apud Santos (2003) faz-nos acreditar que um aspecto básico à decisão final de crédito é o julgamento subjectivo que o analista financeiro faz para determinar se é válido ou não assumir riscos. Segundo o autor, a experiência adquirida do analista e a disponibilidade de informações (internas e externas) sobre o carácter do cliente são requisitos fundamentais para a análise subjectiva do risco de crédito.

A análise subjectiva é aquela que é baseada na experiência adquirida, no conhecimento técnico e na sensibilidade de cada analista face a viabilidade do crédito. Estes aspectos juntamente com a informação disponível, que pode ser de fonte interna ou externa, vão permitir ao analista apurar se o cliente tem capacidade e idoneidade para gerar receita e honrar o compromisso assumido.

O IFB (2009), nas suas publicações diz que o método mais antigo para a análise de crédito é a análise tradicional, feita por um analista de crédito, dos diversos factores que condicionam a probabilidade de o reembolso do crédito se processar sem incidentes. Neste tipo de análise, podem ser considerados todos os factores que o analista entenda como relevantes, e a conclusão final pode ser extremamente correcta.

3.2.2.1 A análise cadastral

A análise cadastral faz parte dos processos de análise tradicional e consiste no levantamento e análise de todos os dados de identificação do cliente.

Segundo Blatt (2000) a ficha cadastral é um resumo da vida do cliente, através de informações que permitem ao credor conhecê-lo. É um elemento obrigatório na composição do dossier de crédito, não só por interesse do credor, como também nos

casos dos bancos por imposição dos Bancos Centrais, que estabelece que: "*não é permitida a realização de operações de crédito com pessoas físicas ou jurídicas que não tenham sido previamente cadastradas*".

A análise cadastral é sem dúvida um dos principais instrumentos de análise tradicional, na medida em que resume todas informações da vida do cliente fazendo com que o banco passe a conhecer e a compreender melhor seus clientes. Com essas informações o credor poderá não somente delinear o perfil de risco do cliente como também terá informações suficientes e apropriadas para traçar o melhor relacionamento de crédito a estabelecer com o mesmo.

Schricket (2000)³² reafirma todos estes factos, dizendo que as instituições de crédito devem munir-se de elementos informativos essenciais e indispensáveis sobre o potencial tomador do crédito, antes de manter qualquer tipo de relacionamento concreto ou formalizar alguma operação de crédito.

3.2.2.2 Os cinco c's do crédito

A análise dessas informações implica uma avaliação de cinco áreas, referidas com palavras que se iniciam com a letra "c", tradicionalmente conhecidas como os cinco C's do crédito: Carácter, Capacidade, Capital, Colateral e Condições.

O carácter do cliente está ligado à honestidade, idoneidade, senso moral e reputação, refere-se à determinação do mesmo em honrar os seus compromissos. Estas informações servem como histórico de comportamento do solicitante quanto ao cumprimento pontual de suas obrigações financeiras, contratuais e morais; esta avaliação, apesar do alto grau de subjectividade por se referir à aspectos morais e éticos, é de extrema importância na análise de crédito, pois, se o carácter do solicitante não for aceitável, os outros itens de análise serão prejudicados.

Já a capacidade já não se refere à intencionalidade ou determinação em honrar os compromissos, do ponto de vista ético e moral, mas sim, ao julgamento subjectivo das

³² Faria, M.P.C. (2006). *Análise de crédito à pequena empresa*. Faculdade de Economia e Finanças, Universidade Federal de Rio de Janeiro.

possibilidades de pagamento por parte do cliente. É a habilidade, a competência empresarial ou profissional do indivíduo, bem como o seu potencial de produção e/ou comercialização.

Um outro “c” é o capital e faz referência à situação económica e financeira do cliente. No caso de pessoa jurídica, são informações referentes à estrutura de capital, endividamento, liquidez e outros índices financeiros obtidos por meio de demonstrações financeiras, que permitirão concluir se o cliente tem recursos suficientes que quando aplicados, geraram resultados que permitam arcar com os compromissos assumidos com terceiros.

A análise a ser feita às condições visa essencialmente averiguar aspectos externos à empresa mas que poderão afectar o seu desempenho nos negócios e logo a capacidade do cliente em honrar os compromissos. De entre estes factores estão aspectos micro e macro económicos externos à actividade do cliente, tendências sectoriais, crescimento e recessão de mercados relacionados com a actividade, intervenção governamental, entre outros.

O colateral refere-se às garantias que o cliente pode oferecer como forma de atenuar o risco da operação. Essas garantias podem ser reais, quando se trata do direito sobre bens móveis e imóveis, normalmente através de hipoteca, penhora, caução, entre outras. As garantias pessoais são representadas pelo património presente e futuro do devedor, fiador ou avalista.

Este modelo de análise, embora seja um processo tradicional, apresenta algumas desvantagens, no que respeita à avaliação e quantificação do risco de crédito para as instituições financeiras. Diferentes analistas qualificam de forma diferente as cinco áreas supracitadas, pois trata-se de uma decisão baseada numa opinião subjectiva. Querendo isto dizer que o modelo não apresenta consistência nas decisões de concessão e logo os resultados tendem a ser, na maioria das vezes, diferentes.

Uma outra desvantagem é o facto de, por utilizar-se informações subjectivas, o analista terá que ter vivido experiências anteriores semelhantes, para ter bases de comparação.

Todo e qualquer instrumento que a empresa decida utilizar no controle das suas operações, devem estar alinhadas com o seu objectivo estratégico. Ou seja, devem

ser concebidos com vista a auxiliarem a empresa a atingir seus objectivos. Este constitui assim uma outra desvantagem do modelo dos 5 c's do crédito, visto que o mesmo, devido a subjectividade da análise, poderá perfeitamente excluir um bom cliente e/ou admitir um que não é, reduzindo a margem de lucro das operações e não atendendo desta forma ao objectivo principal da entidade: a maximização do lucro.

3.2.3 Análise objectiva de crédito

A principal preocupação das instituições financeiras é a procura a melhor forma de administrar o risco. Ela passa existir assim que há decisão por parte das mesmas em conceder o crédito.

Uma das principais limitações das técnicas de análise subjectivas é o facto de a tomada de decisão de crédito, por diversos analistas, não ser sempre consensual ou consistente. Carvalho (2009) diz que essas limitações, realçadas pelas mudanças da dinâmica concorrencial entre as empresas, gerou a necessidade de serem encontradas novas formas de avaliação de crédito, criando-se, deste modo, espaço para uma evolução significativa nos métodos estatísticos de avaliação.

O progresso tecnológico e informático nas últimas décadas viabilizou técnicas estatísticas avançadas para análise de crédito, de tal maneira que actualmente é o mais importante suporte para tomada de decisões ante ao enorme volume de propostas de crédito, advindas especialmente de pessoas físicas. (Santos, 2000)³³

3.2.3.1 A análise de rácios

Para reduzir os critérios de subjectividade na avaliação do risco de crédito foram desenvolvidas várias técnicas que permitem análises mais padronizadas. De entre estas técnicas destaca-se as que usam a combinação e o posicionamento relativo de alguns rácios.

³³ Pires, C.O. (2010). *A recusa de crédito ao consumo com base no modelo credit scoring: uma análise à luz do Código de Defesa do Consumidor*. Monografia. Faculdade Mineira de Direito. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

No que respeita à análise financeira, ela é considerada, segundo Blatt (1999), primordial para a determinação das forças e fraquezas financeiras do cliente, a partir das informações das demonstrações financeiras do mesmo.

Uma das técnicas de análise económico-financeira, que permite ao analista fazer uma avaliação quantitativa da empresa é a análise de rácios ou de indicadores económico-financeiros.

O IFB (2009) diz que os rácios são relações entre rubricas do balanço e da conta de resultados, permitindo ilustrar a análise de balanços e da conta de resultados e fazer a relação entre ambas. Quase todas as rubricas podem-se relacionar entre si, sendo possível apresentar diversos conjuntos de rácios, que se podem agrupar de acordo com a área de análise a que se referem.

Baptista (2004) completa dizendo que, os rácios, só por si, nada significam se não forem confrontados com um padrão (análise comparada) ou observados isoladamente durante um certo período (análise temporal) permitindo avaliar a progressão da eficiência empresarial. Paralelamente Brealey e Myers (1998) descrevem os rácios financeiros como um instrumento prático para resumir um grande número de dados financeiros e para comparar o desempenho das empresas. Segundo eles, pode-se descrever e calcular quatro tipos/conjuntos de rácios financeiros:

- Rácios de endividamento, que mostram o grau de endividamento da empresa;
- Rácios de liquidez, que avaliam a facilidade com que a empresa pode aceder às suas disponibilidades;
- Rácios de rendibilidade, que são utilizados para determinar a eficiência com a empresa estão a utilizar os seus activos;
- Rácios de valor de mercado, que mostram a avaliação que os investidores fazem da empresa;

O grau de endividamento da empresa é geralmente medido através do quociente entre a dívida de longo prazo e os fundos totais a longo prazo. Segundo Neves (2007),

apura a extensão em que a empresa utiliza o capital alheio no financiamento das suas actividades.

Brealey e Myers (1998), complementam dizendo que “Dado que os contratos de locação financeira a longo prazo também obrigam a empresa a uma série de pagamentos fixos, faz sentido incluir o valor das responsabilidades decorrentes da locação financeira na dívida de longo prazo.”

$$\text{Endividamento} = \frac{\text{dívida a longo prazo} + \text{valor locação financeira}}{\text{dívida a longo prazo} + \text{valor locação financeira} + \text{capital próprio}}$$

No entanto é muito importante analisar a sazonalidade do sector de actividade da empresa, uma vez que produtos sazonais geralmente exigem maior volume de recursos em determinadas épocas.

Existem três indicadores que são, vulgarmente, utilizados para medir a liquidez, a saber: o da liquidez geral; o da liquidez reduzida e o da liquidez imediata.

Segundo Brandão (2002), estes indicadores têm por finalidade analisar a capacidade que a empresa tem para honrar os compromissos financeiros no curto prazo. Concordam Brealey e Myers (1998) ao afirmarem que, ao se conceder crédito ou um empréstimo a uma empresa, não interessa saber apenas o montante das dívidas da mesma, mas também saber se a empresa tem capacidade de dispor do dinheiro para o reembolsar. É por esta razão que os analistas de crédito e os banqueiros utilizam várias medidas de liquidez.

A liquidez geral é o rácio de tesouraria mais utilizado e é obtido dividindo o activo circulante (soma das existências, dívidas de terceiros e as disponibilidades) pelo passivo de curto prazo (soma de todas as dívidas à terceiros). Segundo Brandão (2002), este rácio permite comparar a capacidade que a empresa tem para realizar liquidez, à excepção do activo fixo, com as dívidas da empresa exigíveis no curto prazo.

$$\text{Liquidez geral} = \frac{\text{activo circulante}}{\text{passivo de curto prazo}}$$

Quando o seu valor é superior a um é, frequentemente, assumido que a empresa possui uma boa situação financeira no curto prazo.

Como já se tinha referido anteriormente, o valor do rácio deve ser analisado em função das influências sazonais a que a indústria está sujeita. Por exemplo, os fabricantes de gelados e refrigerantes apresentarão rácios de liquidez maiores no verão do que no inverno.

A liquidez reduzida é utilizado com a mesma finalidade que o anterior, só que este rácio admite que as existências não poderão ser facilmente transformadas em dinheiro, ou, pelo menos, essa conversão será sempre abaixo do custo do inventário. Neste sentido, os analistas excluem do activo circulante, as existências, passando assim, a analisar a liquidez reduzida. Se o valor deste rácio for superior ou igual ao passivo de curto prazo, significa que a empresa é capaz de solver os compromissos de curto prazo.

$$\text{Liquidez reduzida} = \frac{\text{disponibilidade+titulos de curto prazo+contas a receber}}{\text{passivo de curto prazo}}$$

O rácio de liquidez imediata difere do anterior na medida em que são excluídas as dívidas de terceiros, no numerador. Neves (2007) diz que este rácio é utilizado pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades. Quanto maior for o rácio maior será a garantia dessa cobertura.

$$\text{Liquidez imediata} = \frac{\text{disponibilidades+titulos de corto prazo}}{\text{passivo de curto prazo}}$$

Segundo Neves (2007) chama-se rácio de rendibilidade ao indicador da relação entre o resultado (lucro ou prejuízo) e as vendas ou uma grandeza de capital.

Os rácios de rendibilidade medem o lucro face aos resultados financeiros que foram usados para obtê-lo. (Baptista, 2004)

Servem para determinar a eficiência com que a empresa está a utilizar os seus activos. Pode-se ter assim vários indicadores de rendibilidade, como, por exemplo a rendibilidade das vendas, a rendibilidade do capital próprio, a rendibilidade do activo, a rendibilidade financeira, entre outros.

Os rácios de valor de mercado ou valor contabilístico, na opinião de Brealey e Myers (1998), relacionam o preço de mercado da acção com o seu valor contabilístico. São rácios fundamentais para todos os investidores e credores da empresa.

Não obstante todas essas considerações acerca dos rácios, a sua utilização deve ser ponderada e em função de algumas limitações. Nomeadamente o facto de só fazerem sentido se houver um padrão de comparação. Este padrão pode ser o histórico da empresa, concluindo se a evolução tem sido favorável ou não.

3.2.3.2 O método *credit scoring*

Conforme Baptista (2004) o crédito *scoring*³⁴ é um processo de avaliação da capacidade de crédito do cliente obtido através de informações registadas e cujos dados são convertidos em números, que depois combinados (normalmente adicionados) originam uma pontuação (*score*). No entanto, o IFB (2009), define o crédito *scoring* como sistemas ou modelos de apoios à decisão, baseados no princípio de objectividade de critérios e que visa avaliação de operações de crédito a particulares.

A diferenciação desse modelo em relação aos modelos subjectivos de análise de crédito se dá pelo fato da selecção dos factores-chave e seus respectivos pesos ser realizada através de processos estatísticos.

Este método consiste na obtenção de resultados estatísticos, por meios de avançados cálculos através da ponderação de vários factores ou variáveis de risco, tais como idade, profissão, rendimento, tipo de residência, entre outros.

³⁴ Na língua inglesa o *scoring* significa o acto ou efeito de atribuir pontuação a algo (*score*).

Os resultados destes cálculos, por conseguinte, traduzem-se em um número capaz de sumarizar o perfil de crédito de determinado tomador. A soma das pontuações atingidas pelos tomadores de crédito de uma carteira permite que se determine uma média relacionada a determinado nível de risco (Santos, 2000).

Os modelos de Crédito *Scoring* podem ser aplicados tanto à análise de crédito de pessoas físicas quanto à empresas. Na análise a pessoas físicas, utiliza-se como base informações cadastrais e de comportamento dos clientes. Já quando aplicados a empresas, são utilizados os indicadores ou rácios financeiros como variáveis determinantes ou não da insolvência das mesmas. Santos (2007), concorda afirmando que, para composição da fórmula a ser submetida ao sistema, os bancos seleccionam as principais informações cadastrais dos clientes, e em seguida, atribuem-lhes pesos ou ponderações de acordo com a importância destacada em suas políticas internas de crédito.

Os métodos usados em *credit scoring* incluem várias técnicas estatísticas e de investigação operacional, sendo as mais utilizadas a regressão logística, a análise discriminante e as árvores de decisão (Chorão apud Semedo, 2009)³⁵.

Tendo em conta que cada banco terá políticas de crédito diferente, o peso a ser atribuído será necessariamente diferente de banco para banco.

A popularidade dos modelos de *scoring*, enquanto ferramenta de avaliação do risco de crédito, tem vindo sucessivamente a crescer, estando a ser utilizado actualmente em quase todos os sectores, abrangendo o bancário, o restante sector financeiro, os mais expostos ao risco de crédito, bem como o de telecomunicações, de seguros e o da distribuição. (Carvalho, 2009)

De referir que os modelos de *scoring* têm verificado maior êxito no crédito ao consumo, destinado fundamentalmente a particulares e em que os valores de crédito são relativamente baixos.

³⁵ Semedo, D. P.V. (2009). *Credit Scoring: Aplicação da Regressão Logística vs Redes Neurais Artificiais na Avaliação do Risco de Crédito no Mercado Cabo-Verdiano*. Tese de mestrado, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa.

O quadro seguinte retrata a informação avaliada pelos modelos de *scoring*, segundo Carvalho (2009):

Figura 2: Informações avaliadas pelos modelos de *scoring*

Tipo de cliente	Dados socio-demográficos	Dados profissionais	Dados financeiros
Particular	<ul style="list-style-type: none"> –Idade do prepotente –Estado civil –Sexo –Número de pessoas do agregado familiar –Zona geográfica de residência –Tipo de habitação (e.g. arrendada, própria) –Antiguidade na actual Habitação 	<ul style="list-style-type: none"> –Situação profissional –Profissão –Tipo de empresa –Antiguidade no actual emprego 	<ul style="list-style-type: none"> –Rendimentos –Encargos
Empresa	<ul style="list-style-type: none"> –Idade dos sócios/gerente –Estado civil dos sócios –Zona geográfica de residência 	<ul style="list-style-type: none"> –Sector de actividade –Número empregados –Antiguidade do negócio 	<ul style="list-style-type: none"> –Capital social –Encargos anuais –Volume facturação Anual –Existências –Outros dados Finaceiros

Fonte: Adaptado do livro Fundamentos da Gestão de Crédito

A partir destas informações, o banco estabelece uma pontuação mínima para a concessão de crédito, isto é, o nível de risco que ele está disposto a assumir nas suas operações. Esta pontuação mínima é denominada de ponto de corte³⁶. Assim, se um determinado tomador de crédito atinge uma pontuação superior ao nível de corte, sua proposta de crédito terá a aprovação recomendada. Por outro lado, não será recomendada a concessão de crédito mediante uma pontuação aquém do ponto de corte. Como exemplo, apresentamos o quadro seguinte:

³⁶ Vulgarmente denominado de *cut-off*.

Figura 3: Decisão de crédito em função da pontuação alcançada

Pontuação	Decisão de Crédito
25 Pontos ou menos	Crédito Recusado
26 – 30 Pontos	Aprovar Crédito até 500 contos
31 – 36 Pontos	Aprovar Crédito até 1200 contos
34 – 39 Pontos	Aprovar Crédito até 2500 contos
40 – 42 Pontos	Aprovar Crédito até 3000 contos

Fonte: Adaptado de Fundamentos da Gestão de Crédito

Vejamos:

Neste exemplo, o *cut-off* foi estabelecido em 25 pontos. Isto significa que, as propostas analisadas que em que a soma das pontuações fique abaixo dos 25 pontos, o crédito será rejeitado. Da mesma forma, as propostas em que a pontuação ultrapasse os 25 pontos o crédito será aprovado, mas o montante dependerá da pontuação alcançada.

Os modelos de *credit scoring* são divididos em duas categorias: modelos de aceitação de crédito e modelos de *score* comportamental. (Saunders, 2000).

4. O RISCO DE CRÉDITO

4.1 O risco nas instituições Bancárias

As organizações deparam-se actualmente, durante a condução da sua actividade, com uma ampla diversidade e intensidade de riscos. No entanto quando se refere a actividade bancária, os bancos estão sujeitos a riscos próprios desta actividade, como sejam o risco de liquidez.

Segundo Ferreira (1991)³⁷, a actividade bancária é considerada como sendo uma actividade elevado risco. O ciclo de transformações que tem-se verificado no sector bancário nos últimos tempos, tem-se alargado a quase todos países, trazendo o risco para o centro das preocupações da gestão bancária.

O risco pode ser analisado numa perspectiva macro, ou seja ao nível do sistema bancário, ou então na perspectiva da empresa bancária. Este capítulo restringir-se-á perspectiva da empresa bancária.

4.1.1 Conceito de risco

O risco, dependendo do contexto em que é referido, terá definições diferentes. Na sua forma mais ampla ele é definido com sendo um acontecimento futuro incerto que possa influenciar o alcance dos objectivos estratégicos, operacionais e financeiros da organização.

O risco é definido por Ferreira (1999)³⁸ como a situação em que há possibilidade mais ou menos previsível de perda ou ganho. Esta definição é confirmada por Gitman (1997)³⁹ quando define risco como a probabilidade de prejuízo financeiro ou então a variabilidade de retornos associada a um determinado activo.

³⁷ Ferreira, J.S. (1991). *A revolução financeira e a gestão de risco na empresa bancária*. Universidade Nova de Lisboa.

³⁸ Silva, J.A. (2002). *Análise do estabelecimento do limite de crédito*. Administração do Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado da Universidade de São Paulo.

³⁹ Silva, J.A. (2002). *Análise do estabelecimento do limite de crédito*. Administração do Departamento de Economia, Contabilidade, Administração e Secretariado da Universidade de São Paulo.

Paralelamente Ferreira (1991) afirma que *“o risco é a probabilidade de ocorrência de alguns acontecimentos desfavoráveis, mas quando aplicado ao mercado financeiro, o risco pode ser encarado como sendo a situação de aleatoriedade que afecta a rendibilidade de um activo financeiro, e à qual se pode associar uma distribuição de probabilidade”*.

4.1.2 Identificação dos principais riscos da actividade bancária

4.1.2.1 O risco de Crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos retornos esperados quer por incapacidade do tomador de um empréstimo, quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir com as suas obrigações.

Segundo Saunders (2000) ocorre quando um devedor deixa de cumprir suas obrigações, tanto o principal do empréstimo quanto aos pagamentos de juros.

Está associado ao facto de uma das contrapartes numa relação financeira poder declarar o incumprimento dos seus compromissos, ou seja, deixar de pagar, total ou parcialmente, os valores em dívida;

É normalmente combatido pelos bancos, através de:

- Notações de rating;
- Análises financeiras rigorosas;
- Contratos bastante rígidos;
- Garantias reais e financeiras

Foi o primeiro risco a ser alvo de supervisão por parte dos bancos centrais, através do Acordo de Basileia que estabelece a necessidade de capital em função da exposição de um banco ao risco de crédito.

4.1.2.2 Risco de Mercado

Este tipo de risco está relacionado com os impactos potenciais nos resultados ou no valor patrimonial resultantes de variações nas taxas de juro, taxas de câmbio e preços dos instrumentos financeiros.

Está associado ao impacto na situação financeira de uma entidade proveniente de movimentos adversos no nível e na volatilidade dos preços de mercado. Está principalmente ligado às operações de *Trading*⁴⁰ que envolvem prazos muito curtos, como por exemplo, um dia.

Dentro deste tipo de risco e enquadrado na actividade bancária, podemos distinguir o risco de taxa de juro e o risco de taxa de câmbio.

O risco da taxa de juro está associado ao não-alinhamento das maturidades dos activos e passivos de uma instituição financeira e tem subjacente o princípio financeiro de que os activos devem ser financiados por passivos com a mesma maturidade.

Devido à importância que o risco das taxas de juro passou a ter para a estabilidade dos bancos, pois tem sido apontada como uma das principais causas de falências de alguns bancos.

Já o risco da taxa de câmbio refere-se à afectação do valor dos activos e passivos de uma instituição financeira, denominados em moeda estrangeira, por alterações da taxa de câmbio.

4.1.2.3 O risco de liquidez

Reflecte a potencial incapacidade, tanto de financiar os activos por prazos de maturidade e taxas apropriadas, como de liquidar atempadamente posições em carteira e preços razoáveis.

Envolve a possibilidade de uma empresa não ser capaz de dar resposta imediata às suas obrigações financeiras, por não possuir activos líquidos no balanço.

⁴⁰ *Trading* – operações comerciais de compra e venda de activos, com vista à obtenção de ganhos imediatos no muito curto prazo.

No caso de um banco, o risco de liquidez estará presente quando o mesmo não seja capaz de fazer face a uma corrida aos depósitos, devido à inexistência de activos líquidos no balanço.

4.1.2.4 O risco operacional

É a probabilidade de ocorrência de perdas directas e indirectas resultantes da inadequação ou ruptura de processos internos ou sistemas, conduta de pessoas ou acontecimentos externos (catástrofes naturais, por exemplo), encontra-se presente em toda e qualquer actividade, rotineira ou não, desenvolvida pela instituição.

No caso de um banco, este risco refere-se a possibilidade de o funcionamento do mesmo poder originar custos superiores às receitas.

Refere-se à possibilidade de ocorrência de erros ou problemas que impeçam as operações de mercado de decorrer de forma eficaz. Como exemplo, erros nas instruções de pagamentos ou nas transacções financeiras, fraude, sistemas de controlo inadequados, entre outros.

4.1.2.5 O risco de país

Está associado ao risco que uma instituição financeira que trabalha com clientes estrangeiros poderá incorrer, caso os governos desses países (estrangeiros) coloquem restrições à saída de fundos para fora. Em muitos casos derivam de dificuldades nas balanças de pagamento, originando restrições no movimento de capitais, atrasos na transferência de fundos de várias origens e perdas respectivas.

4.1.3 A avaliação do risco de crédito a particulares

Para se gerir o risco de forma eficaz, não só basta o banco conhecer os recursos que poderão vir a ser afectados por acontecimentos inesperados e o montante provável das perdas, isto é, a exposição ao risco. É, também, extremamente necessário avaliar a probabilidade da sua ocorrência. É neste sentido que apenas a análise de

experiências passadas pode não ser suficiente. Ela poderá verificar a probabilidade de certa situação se repetir, mas dado o dinamismo que envolve a actividade bancária, existem vários riscos que não apresentam dados anteriores, derivam de situações bruscas e inesperadas. Nestes casos, passa a ser necessário a determinação de probabilidades através do uso de modelos estatísticos, árvores de decisão, modelos de simulação, entre outros.

A avaliação do risco de crédito é reflexo da multiplicidade, qualidade e origem das informações disponíveis para o analista do crédito. A análise e administração do risco baseiam-se no processamento das informações sobre o proponente de crédito.

4.1.4 As fontes de informação para análise de crédito

Na opinião de Santos (2006), o levantamento e a análise das informações básicas de crédito são requisitos fundamentais para a determinação do valor do crédito, prazo de amortização, taxas de juros e, se necessário reforço ou vinculação de novas garantias.

No que se refere a concessão de crédito a pessoas jurídicas, os relatórios de contas de empresas pertencentes ao mesmo ramo de actividade, é sem dúvida uma fonte de extrema importância, na medida em que permite a comparação com os concorrentes mais próximos.

Actualmente, as centrais de balanço constituem uma das principais fontes de informação, fornecendo dados sectoriais que permitem ao analista perceber em que medida o desempenho da empresa, analisado através dos rácios pode ser fiável quando comparado com empresas concorrentes.

Para a análise do perfil do cliente o banco pode recorrer, caso for um cliente com relações anteriores com a instituição, a sua ficha cadastral ou as informações acerca da experiência anterior. Nomeadamente se cumpriu com todos os requisitos exigidos na relação estabelecida anteriormente.

Caso for um cliente novo, uma fonte de informação pode ser procurar junto de outros bancos, com o qual o mesmo relacionou ou relaciona (obtenção de crédito), informações acerca do seu comportamento enquanto cliente.

Segundo o Banco Central do Brasil, muitas vezes, essas informações bancárias, podem ser obtidas através das chamadas centrais de risco. Elas disponibilizam informações acerca do histórico creditício do mutuário, no que se refere principalmente a totalidade de crédito que o mesmo tem no mercado, em que bancos, se alguma vez entrou em incumprimento, tudo isto dentro seguindo um manual de normas impostas pela entidade reguladora. Esses dados são compartilhados com as outras instituições, contribuindo assim para diminuir o incumprimento e melhorar a gestão do risco crédito. Actualmente recorre-se, também para obtenção de informações às agências de classificação de risco, também denominadas de agências de *rating*, agências de análise de risco, agências de notação de risco, entre outras denominações.

Ou seja, a empresa ou ente público paga à agência de classificação para que esta faça a avaliação de sua capacidade de pagamento. A empresa contratante pode exigir que a classificação que lhe foi atribuída mantenha-se confidencial, isto, por exemplo, se a classificação tenha ficado abaixo das suas expectativas. A classificação só se torna pública mediante autorização formal da empresa solicitante.

No entanto, a qualquer momento, a classificação pode ser revista e alterada - tanto para cima (upgrade) como para baixo (downgrade) - caso a avaliação do risco de crédito atribuído à empresa ou entidade público se modifique.

4.1.4.1 Os principais sistemas de informação de crédito em Cabo Verde

Segundo Carlos Burgo, governador do Banco de Cabo Verde, a importância da informação de crédito para o sistema financeiro cabo-verdiano decorre do facto de contribuir para uma distribuição mais abrangente e transparente do crédito. As instituições que participam do sistema também se beneficiam, na medida em que as decisões de concessão de crédito são tomadas utilizando-se dados da Central de Risco.

Para o governador, a Central de Risco de Crédito (CRC) de Cabo Verde é um instrumento de grande importância, desenvolvido e gerido pelo BCV em cumprimento

das responsabilidades prudenciais do Banco Central enquanto responsável pela supervisão do sistema financeiro nacional.

Um outro contributo para o sistema de informação de crédito em Cabo Verde, em implementação desde finais de 2008, é a constituição da primeira Agência Privada de Crédito em Cabo Verde.

Este projecto, propriedade das Câmaras de Comércio de Cabo Verde, que conta com o apoio financeiro do *Millenium Challenge Account* (MCA-CV) e assistência técnica do *Internacional Finance Corporation* (IFC)⁴¹, surge com o propósito de se preencher uma lacuna no mercado de informações de crédito em Cabo Verde.

O contributo deste *bureau* de informação de crédito transcende o universo do crédito bancário, integrando também o crédito financeiro e o micro-crédito.⁴²

Segundo a Câmara de Comercio de Barlavento:

Este projecto, ao facilitar ao acesso do empresariado nacional ao financiamento através da melhoria da gestão da informação ao crédito em Cabo Verde, consolidando desta forma a economia de base privada no país, consequentemente contribuirá para a melhoria da posição de Cabo Verde no ranking do *doing business*, indo de encontro para com as expectativas do Governo que é de estar de entre os 10 países mais reformadores no mundo.⁴³

⁴¹ Agência do Banco Mundial especializada em questões de financiamento do sector privado

⁴² Disponível em <http://www.faroldacciss.org>

⁴³ Disponível em <http://www.portugalcaboverde.com>

4.1.5 Os principais instrumentos de avaliação

4.1.5.1 O *scoring* de aceitação

Assim como próprio nome indica, esta vertente de *scoring*, é utilizada no momento da adesão inicial, ou seja ela precede a decisão de conceder crédito.

O *scoring* de aceitação representa uma avaliação estática do risco de crédito, na medida em que o risco é determinado no momento que precede a concessão do crédito, não havendo um acompanhamento por parte do modelo. (Carvalho, 2009)

Ela pondera as informações dos actuais pedidos de crédito e atribui uma pontuação às características que identificam o cliente e o pedido.

Não leva em consideração a constante mutação e transformação a que está sujeita o processo de concessão de crédito e a evolução das características dos clientes.

Segundo o IFB (2009), o *scoring* de aceitação é a base de concessão de crédito a um grande número de clientes, a maior parte dos quais é totalmente desconhecida.

No que respeita a concessão de crédito á particulares, estes podem ser analisados por grupos que, por terem características semelhantes, comportam-se de forma semelhante.

Através dos modelos de *scoring*, utilizando informações acerca dos clientes para determinar o segmento a que pertencem e o correspondente risco, mercado de particulares poderá ser dividido em segmentos de risco semelhantes.

Ainda segundo o IFB (2009), a avaliação de risco por segmento constitui um dos suportes da actuação no mercado de crédito a particulares, já que permite conceder crédito sem risco de prejuízo.

Neste sentido que se considera a análise de risco por segmento um dos elementos que diferencia o crédito a particulares do crédito a empresas, trazendo vantagens acrescidas em termos de rendibilidade. Sendo assim o sistema já não avalia o risco do cliente mas sim o risco do segmento a que cada cliente pertence.

4.1.5.2 O *scoring* comportamental

O comportamento humano não é um elemento estático.

Segundo o IFB (2009), a análise de comportamento dos particulares deve ser um processo contínuo, de forma que o banco possa avaliar o risco de cada segmento com o máximo de rigor possível, anulando prejuízos potenciais e identificando novas oportunidades.

O modelo *scoring* comportamental, vai adequar as condições de crédito iniciais, definidas pela análise através do *scoring* de aceitação, ao comportamento revelado pelo cliente.

Assim, o *scoring* de comportamento substitui a perspectiva eminentemente estática do *scoring* de aceitação, ao considerar a dinâmica da relação de comportamento do cliente com o credor.

Este modelo vai permitir um acompanhamento da evolução historial do cliente, principalmente nos casos em que o cliente já tinha relacionado com o banco anteriormente, não sendo necessário efectuar todos passos do processo de análise para novos clientes (*scoring* de aceitação), mas apenas uma actualização da relação de crédito. Ou seja, segundo carvalho (2004) “ (...) *além de apresentar uma capacidade preditiva superior à dos modelos de aceitação, veio complementar e robustecer os resultados deste.*”

O *scoring* de comportamento avalia a forma como o cliente se comporta, quer perante banco, quer na vida pessoal e ultrapassa o âmbito da gestão de crédito, ao levar em conta dados como antiguidade da relação, tendências de pagamento, número de pagamentos em falta e quantidade de vezes acima do limite de crédito.

Para ser eficaz, o *scoring* de comportamento necessita de uma base de dados bastante completa e com os dados do cliente sempre actualizados.

Poderemos então concluir que, quanto mais se estreita a relação entre o banco e o cliente, mais importância e maior uso se faz do modelo comportamental, no que se refere a novos pedidos de crédito por parte deste.

Segundo Silva (2002), esse modelo visa auxiliar o analista de crédito nas decisões de renovações de empréstimos, renegociações de dívidas, determinação de montante para renovação de empréstimo, determinação do valor da parcela em renovação de empréstimo, enfim, todas as decisões relativas a gestão do crédito de clientes que já possuem uma relação ou um histórico com a instituição.

A principal diferença entre as duas categorias de modelos, portanto, é o fato de, nos modelos de *scoring* comportamental, a instituição, por já conhecer o cliente, possui condições de inserir características que avaliem seu comportamento em operações anteriores, o que não ocorre nos modelos de aceitação, quando o solicitante do crédito ainda não possui um histórico com a instituição e esta última não o conhece.

4.1.5.3 Desenvolvimento e implementação de um sistema *Credit scoring*

O desenvolvimento, a implementação e o acompanhamento do sistema, requer primeiramente que se verifique algumas premissas.

Um primeiro aspecto é a necessidade do envolvimento e participação da alta direcção. Carvalho (2009) escreve que, segundo alguns estudos “ *o desafio central do scoring é a mudança organizacional*”. O comprometimento e o envolvimento da gestão de topo, no que se refere definir prioridades, alocar recursos e, principalmente, remover as barreiras que surgirão no desenvolvimento e implantação do sistema serão imprescindíveis para o seu sucesso.

Uma outra premissa é a existência de pessoal capacitado e motivado na condução do processo. É sem dúvida necessária a formação de uma equipe que tenha na sua composição analistas de crédito e de informática da instituição financeira, profissionais com conhecimentos estatísticos e com prática profissional.

Por último, o investimento em tecnologia, principalmente se pretende automatizar todo o processo de decisão. A implementação do sistema requer dispêndio temporal e financeiro.

Segundo Sicsu (1998) o desenvolvimento de um modelo de *Credit scoring* não difere entre aplicações para pessoa física ou jurídica, sendo que as seguintes etapas devem ser cumpridas para o seu desenvolvimento:

- Planeamento e definições: mercados e produtos de crédito para os quais serão desenvolvidos o sistema; finalidades de uso; tipos de clientes; conceito de incumprimento a ser adoptado; horizonte de previsão do modelo;
- Identificação das variáveis potenciais: caracterização do proponente ao crédito; caracterização da operação; selecção das variáveis significativas para o modelo; análise das restrições a serem consideradas em relação às variáveis;
- Planeamento amostral e colecta de dados: selecção e dimensionamento da amostra; colecta dos dados; montagem da base de dados;
- Determinação da fórmula de score através de técnicas estatísticas, como por exemplo, a análise discriminante ou regressão logística;
- Determinação do ponto de corte, a partir do qual o cliente é classificado como cumpridor ou bom pagador; em outras palavras, é o ponto a partir do qual a instituição financeira pode aprovar a liberação do crédito;

4.1.5.4 O método do *credit rating*

Ao contrário do *credit scoring*, o *credit rating* é uma metodologia de análise qualitativa que avalia uma série de factores, tendo em conta atributos e qualificações predefinidas, atribuindo uma nota a cada um desses factores e uma nota final ao conjunto desses factores. Com base nesta nota final o risco é classificado (*rating*), podendo assim a instituição determinar o valor a conceder ao solicitante.

Podem ser utilizadas escalas de 1 a 10, de 1 a 4, de A a E, combinações de letras e números. O ideal é que o sistema seja eficiente e permita prever quais seriam o crédito com maior probabilidade de incumprimento.

A grande vantagem deste tipo de análise é de que dá acesso às decisões de crédito por pessoas que não sejam especialistas na matéria, permitindo-lhes interpretar as decisões de crédito sem estar familiarizado com a avaliação de riscos e créditos.

Além de sistemas desenvolvidos internamente, pelas instituições financeiras, existem também as classificações produzidas pelas agências ou empresas de *rating*, que são as empresas especializadas na avaliação da capacidade creditícia de emissores de títulos. A principal função dessas agências é fornecer informações aos investidores acerca da probabilidade dos mesmos não a receber os fluxos caixa previstos em relação a um título.

A *rating* ou notação de crédito, segundo Baptista (2004), é um indicador de risco que mede a probabilidade de cumprimento dos compromissos que uma empresa emissora de títulos assume com os adquirentes dos mesmos. Quanto maior for a probabilidade de pagamento atempado dos juros e do capital, maior será a notação atribuída à emissão.

Estas agências apresentam como maior vantagem, em detrimento das informações produzidas pelos bancos, a maior abrangência e também o facto de, por possuírem base de dados de informações mais antigas, conferem maior credibilidade estatística à classificação.

4.2 Os sinais/alertas de risco

Uma administração competente da carteira de crédito auxilia a gestão na identificação de sinais que podem indicar a possibilidade do cliente, futuramente entrar em incumprimento.

Segundo Silva (1997) fazer uma gestão e administração dos créditos e identificando eventuais sinais de perigo, caso as haja, pode ser na antecipação de problemas futuros, com tempo suficiente para se tomar as medidas necessárias.

O analista de crédito ou o profissional responsável pela análise, deve estar atento e saber interpretar e captar os sinais indicadores de perigo, de forma a minimizar e até evitar situações de irregularidade no processo de concessão de crédito.

Blatt (1998) confirma, ao afirmar que, um profissional de crédito deve desenvolver competências para captar os sinais de alerta. Não pode esperar que ocorra uma série de sinais desfavoráveis para iniciar uma acção preventiva ou correctiva. Deve tomar a iniciativa e responder aos sinais de alerta assim que os recebe.

Aqui ressalva-se uma vez mais a importância do *credit scoring* na sua vertente comportamental, uma vez que o mesmo não é estático. Leva em consideração alterações do comportamento do cliente, no seu estilo de vida pessoal e a sua vida em sociedade. Qualquer alteração desfavorável deve ser imediatamente marcada e posta em análise preventiva, para que a instituição possa saber até que ponto a mesma influencia a sua relação com o cliente.

A insuficiência ou diminuição de rendimentos, quer individual ou familiar, é quase sempre a principal causa do incumprimento.

O crédito é atribuído na base de informações e dados que indicam que o cliente tem capacidade financeira para cumprir o contrato. No entanto podem ocorrer situações que não sendo possíveis de prever no processo de análise, poderão levar o mutuário a entrar em incumprimento. Para o analista de crédito esta situação tem quase sempre como origem três factores denominados os 3 D's do crédito – desemprego, divórcio e doença – que devem merecer especial atenção.

5. CASO PRATICO

5.1 Descrição do caso

O estudo ora apresentado baseia-se em dados recolhidos junto de uma Instituição Bancária aqui em São Vicente (Banco X)⁴⁴, relativos a um processo de concessão de crédito a particulares (crédito a habitação).

O estudo abrange as principais etapas de um processo de concessão de crédito: a definição do perfil do mutuário, a análise da operação e sua formalização.

O principal objectivo deste estudo é aprofundar o conhecimento acerca do processo de concessão de crédito, nomeadamente no que diz respeito a análise das informações do solicitante e a definição do seu perfil, a avaliação do risco subjacente a operação, ao cálculo da taxa de esforço, bem como as situações que levam ao incumprimento.

O estudo divide-se em três principais fases, em que a primeira fase faz uma breve caracterização do Banco (X), referindo o seu processo de concessão de crédito e os principais requisitos que o solicitante deve verificar.

A segunda fase aborda a montagem da operação de crédito pelo analista, através da análise dos dados do solicitante, neste caso do casal. Ainda nesta fase faz-se a avaliação do risco de crédito inerente a concessão do crédito e o cálculo da taxa de esforço da operação.

A terceira fase refere ao momento actual⁴⁵, em que o casal se encontra numa situação de incumprimento para com o banco. São analisadas as causas desta situação, as consequências para o banco, bem como a estratégia de reescalonamento, proposta pelo banco.

Devido ao sigilo bancário não foi possível ter acesso a uma base de dados, que me permitisse fazer uma pesquisa mais aprofundada e com mais elementos. Conhecendo

⁴⁴ O banco aceitou fornecer os dados para análise, mas devido ao sigilo bancário, exigiu ficar no anonimato. Por este motivo durante o estudo denominá-lo-emos de "Banco X".

⁴⁵ O crédito foi concedido em Julho de 2008

um casal que recentemente tinha passado por uma situação de incumprimento, pedilhes que me permitissem estudar o seu caso.

O casal autorizou assim o banco a me conceder as informações de que necessitava sobre o processo desde da sua obtenção, em 2008, até ao momento actual.

Tomaram-se por base os procedimentos de uma instituição bancária na elaboração do estudo. Por uma questão legal, a Instituição não pôde ser identificada e, todos os dados, informações financeiras e factos comentados, embora reais, foram adaptados para ilustrar o estudo.

5.1.1 O Processo de concessão de crédito no Banco (x)

Casados há quatro anos, o casal Ana Maria e Fernando⁴⁶ têm estado a viver durante todo este período em casa arrendada. Em meados de 2008, com uma situação financeira estável, o casal decide adquirir casa própria.

Num mercado cada vez mais competitivo, o casal teve que analisar as propostas de crédito dos três maiores bancos da praça no que tange ao crédito a habitação, decidindo por recorrer aos serviços do Banco (X).

A instituição em causa figura-se como uma das promessas do sistema bancário, na medida em que com tem vindo a ganhar terreno neste mercado, estando já com uma carteira de clientes (particulares e empresas) bastante significativa. Com taxas de juro bastante competitivas, o banco tem atraído muitos clientes principalmente no que se refere aos novos produtos direccionados aos particulares.

O Banco (X) considera-se rigoroso no seu processo de análise de crédito a particulares, apresentado para este efeito várias exigências. O processo baseia-se num conjunto de normas e regulamentos da instituição para efeito de concessão de crédito e em parte na capacidade de análise do analista responsável.

A primeira exigência do banco é a domiciliação de ordenado, ou seja, os solicitantes deverão, a partida, ser clientes do banco e receber o ordenado por esta conta.

⁴⁶ Nomes fictícios

É exigida igualmente toda a documentação pessoal e profissional, necessárias a análise e elaboração da ficha cadastral. As informações que compõem o cadastro do cliente são cuidadosamente analisadas pelo analista responsável, dependendo do montante, o caso é submetido ao comité de crédito para tomada de decisão⁴⁷.

5.1.2 Montagem da operação de crédito

5.1.2.1 Definição do perfil do solicitante

Tendo em conta as exigências do banco, o casal apresentou o seguinte cadastro:

DADOS DO PREPOTENTE	ANA MARIA	FERNANDO
Socio-demográficos		
Idade	28 anos	38 anos
Estado civil	Casada	Casada
Nº do agregado familiar	1	1
Escolaridade	Bacharel	Licenciado
Profissionais		
Situação profissional	Empregada	Empregado
Cargo ou função	Funcionário privado	Director
Antiguidade no emprego	3	8
Tipo de empresa	Imobiliária	Transporte Aéreo
Financeiros (em milhares de escudos)		
R. líquido (mensal)	55.000,00	122.650,00
Encargos mensais	17.600,00	59.600,00
Taxa de encargos	32%	45%

A cliente Ana Maria, não dispõe de nenhum crédito no mercado bancário, não constando neste caso informações na Central de Risco do BCV.

No entanto, a mesma dispõe de uma boa relação com o banco e apresenta um saldo médio mensal de 22.000 escudos.

⁴⁷ Primando sempre pelo rigor no controlo do risco de crédito, os pedidos superiores a determinado montante, a decisão é remetida ao comité de crédito do banco, composta pela comissão executiva, director comercial e pelo gerente da agência em questão.

Dispondo de uma taxa de encargos mensais de 32% (sobre o vencimento líquido), correspondente a 17.600 escudos, a capacidade de endividamento da mesma situa-se nos 68%.

Em relação ao cliente Fernando, apresenta informações na Central de Risco do BCV, tem uma boa relação com o banco e um saldo médio mensal de 68.000 escudos.

A sua taxa de encargos mensais é de 45%, resultando neste caso de uma capacidade de endividamento de 55% do vencimento líquido mensal.

5.1.2.2 Avaliação do risco de crédito e cálculo da taxa de esforço

a) Dados do crédito

O contrato de crédito ficou definido nas seguintes condições:

Dados do Crédito	
Montante	7.000.000,00
Prazo	20 anos
Prestação mensal	63.884,00
Nº de prestações	240
Taxa de juro	9,20%
Data da 1ª prestação	01-07-2008

Nota: a taxa de juros é indexada, variável a 6 meses.

b) Taxa de esforço

A taxa de esforço representa o peso de uma prestação no rendimento médio mensal do Agregado Familiar.⁴⁸ Ela pode ser encarada também como o rácio entre o serviço de dívida - juros e amortização do (s) empréstimo (s) – e o rendimento disponível num determinado período.⁴⁹

⁴⁸ Disponível em <http://www.produtosbancarios.com/taxa-de-esforco-credito-habitacao/>

⁴⁹ Disponível em <http://www.asfac.pt/?idc=38>

De acordo com a sua política de crédito, o Banco (X), admite uma taxa de esforço máxima de 36%, calculada sobre o vencimento líquido.

Neste caso, crédito ficou aprovado com uma taxa de esforço global de 35,78%. Ou seja no limite da taxa máxima aplicada pelo banco.

5.1.3 Cenário actual

a) Situação actual do devedor (30-04-2011)

O casal encontra-se neste momento numa situação de *default*⁵⁰, tendo pago a última prestação, em Dezembro de 2010.

Segundo dados fornecidos pelo casal, a conjuntura económica desfavorável que norteou o cenário empresarial actual em São Vicente, particularmente o sector imobiliário, ditou o desemprego do cônjuge Ana Maria, em Agosto de 2010.

A empresa imobiliária IMO-SV tinha vindo dar sinais de fragilidade desde início de 2008 devido ao impacto económico que a crise financeira vinha tendo no sector.

Acabou por encerrar a actividade em Agosto de 2010, deixando no desemprego cerca de trinta funcionários. Entre eles, a Ana Maria que mantinha com a empresa um contrato renovável de 3 meses.

Dois meses depois, em Outubro de 2010, nasce o primeiro filho de Ana Maria e Fernando. O casal viu-se então numa situação financeira desfavorável: com menos rendimento e com mais encargos.

O casal ainda conseguiu amortizar as prestações de Setembro a Dezembro do corrente ano, mas o peso financeiro dos encargos acrescidos devido ao aumento do número do agregado familiar e da diminuição dos rendimentos, fez com que o casal entrasse em incumprimento em Janeiro de 2011, estando neste momento com 120 dias de atraso no pagamento das prestações.

⁵⁰ De acordo com o novo acordo de Basileia II, considera-se que um indivíduo está em situação de *default* desde que apresente um atraso superior a noventa dias no pagamento das prestações

b) Alterações no processo creditício (01-01-11)

O contrato ficou definido tendo em conta o rendimento global dos cônjuges. No entanto, agora, o casal dispõe apenas do rendimento do Fernando e consequentemente, a situação é logicamente diferente e desfavorável para os mesmos.

A situação viria piorar quando em Janeiro de 2011, com a tendência actual para um aumento das taxas de juro, a mesma se situava nos 9,745% equivalendo a uma prestação mensal de 66.037 escudos.

Posição a 01-01-11	
Capital em dívida	6.643.991,00
Prestação mensal	66.037,00
Taxa de juro	9,745%
Nº de prestações em dívida	210

5.1.4 Proposta de reescalonamento

Em 01 de Maio de 2011, já com 120 dias de atraso, o casal apresenta um total de juros normais vencidos de 215.228 escudos e um total de juros de mora de 9.350 escudos.

O banco na tentativa de regularizar a situação fez uma proposta de reescalonamento do crédito beneficiaria os dois lados.

O Banco (X) propôs ao casal um reescalonamento de crédito por aumento do número de prestações. Com um capital em dívida de 6.643.991 escudos e 210 prestações por pagar, o banco reestrutura o crédito para mais 120 prestações a uma taxa de juro de 9,833%.

O casal aceitou a proposta e tem a agora um prazo maior. Consequentemente a prestação mensal a ser paga é menor.

O valor mensal da prestação é agora 58.394 escudos para um total de 330 prestações mensais.

5.2 Análise do caso

No crédito a particulares, os montantes são relativamente baixos, mas os custos das tarefas associadas a sua recuperação (judiciais ou extra-judiciais), podem ser elevados.

É neste sentido que nenhum banco tem interesse em ter situações irregulares na sua carteira de empréstimos.

O banco deve ter uma postura pró-activa e de acompanhamento constantes em relação aos créditos.

O acompanhamento regular da sua carteira de crédito constitui um passo importante no controlo do risco de crédito. Saber interpretar da melhor forma os sinais ou alertas de risco e agir em tempo oportuno pode evitar que o banco incorra em perdas significativas, tendo assim um maior controlo sobre o risco de crédito⁵¹.

No Banco (X), a situação de incumprimento poderia ser evitada ou pelo menos minimizada se o processo de análise de crédito, desde da definição do perfil dos solicitantes tivesse sido cuidadosamente analisado.

Neste caso em concreto, o banco não soube detectar sinais que indicariam a partida que o cliente (o casal) acarretava algum risco, acusando algumas fragilidades na sua gestão de crédito.

Durante a condução do processo de análise de crédito, para efeito da avaliação do risco, o analista responsável devia ter considerado por exemplo, o tipo de empresa em que a cliente Ana Maria trabalhava. Isto porque em meados de 2008, o sector imobiliário mundial e particularmente em Cabo Verde, mostrava-se fragilizado e as empresas do sector operavam num clima de grande instabilidade. A empresa vinha apresentando sinais de fragilidade que não foram tidas em consideração.

⁵¹ Muitas vezes primando pelo controlo e seguimento dos créditos de montantes elevados que terão (caso entrem em incumprimento) maior impacto nos resultados (imparidade), o banco acaba por “negligenciar” os créditos de menores valores.

Outro factor que deveria ser interpretado como de risco é o tipo de contrato que a cliente estabelecia com a empresa.⁵² Não obstante ela trabalhar nesta empresa há algum tempo, um contrato renovável a três meses não é um dado nada credível para efeito de avaliação da estabilidade laboral de um cliente. A qualquer momento a empresa pode decidir não renovar o contrato.

Outra fragilidade notada é a demora na reacção pelo banco, demonstrando um não acompanhamento regular dos créditos contratados. No caso em estudo, tendo a cliente ordenado domiciliado, a não entrada do ordenado desde de Agosto de 2010, deveria ser encarado como factor de risco e o banco deveria averiguar os motivos desta falha de imediato.

5.3 Breves recomendações

Uma má política de gestão de crédito pode levar em certos casos a falência do banco.

Neste sentido, o Banco (X) deve verificar todos as normas e regulamentos que constituem a sua política de crédito de forma a evitar que situações do tipo se repitam com mais frequência.

O acompanhamento regular da sua carteira de crédito constitui um passo importante no controlo do risco de crédito. Saber interpretar da melhor forma os sinais ou alertas de risco e agir em tempo oportuno pode evitar que o banco incorra em perdas significativas, tendo um maior controlo sobre o risco de crédito.

Como foi referido anteriormente, deve haver uma atitude pró-activa por parte do banco, não deixando que as irregularidades atinjam dimensões maiores. No primeiro dia em que o cliente falha a prestação, deve ser de imediato notificado e o aviso deverá ser persistente.

⁵² Em Cabo Verde, esta situação constitui um forte entrave ao processo de concessão de crédito. Existe uma grande precariedade no emprego, na medida em que são muitas as empresas que não efectivam os trabalhadores, estabelecendo com estes contratos renováveis. A exigência de contratos estáveis é muitas vezes “ultrapassada”, na medida em que o banco, tendo em conta a forte concorrência e para não perder o cliente leva em conta o tipo de empresa, a antiguidade neste emprego em detrimento do tipo de contrato. Isto leva a que o risco de incumprimento seja maior.

Se o cliente se mostrar incapaz de resolver o problema, deverá ser negociado um novo plano exequível e aceitável por ambas as partes.

Todas estas precauções são no sentido de se agir rapidamente e em antecipação.

CONCLUSÕES

O crédito é um elemento essencial à sociedade contemporânea. Na actual conjuntura é impossível ter-se uma vida digna sem recorrer ao crédito.

Desde do financiamento da actividade da empresa, a aquisição da desejosa moradia, até as necessidades mais básicas do quotidiano, o crédito encontra-se constantemente presente, de maneira a facilitar e proporcionar maior poder aquisitivo às pessoas e às empresas.

Demanda por crédito tem aumentado a nível mundial e paralelamente a este aumento o risco de crédito nas instituições e os créditos vencidos tem atingido proporções consideráveis. Neste sentido, evidentemente que a busca pela minimização do risco e da incumprimento é um esforço salutar não apenas às instituições bancárias, mas também à estabilidade económica do país. Por este motivo, o desenvolvimento e a utilização de modelos estatísticos de avaliação do risco de crédito tornou-se uma necessidade imperiosa para as instituições financeiras, porque além do bom senso, a concessão de crédito exige o apoio de técnicas objectivas e estatísticas, de forma a se minimizar a subjectividade e o julgamento pessoal nas decisões.

A recente crise económico-financeira, veio demonstrar as ineficiências na regulação do mercado financeiro internacional, com repercussões directas na economia global. Neste sentido, houve a necessidade de reestruturar o sistema de regulação e supervisão dos mercados financeiros, com especial ênfase no sector bancário. Com as alterações a nível da regulação introduzidas pelo acordo de Basileia II, a análise do risco de crédito e a gestão do risco em geral, têm recebido ainda mais atenção pela indústria financeira.

As instituições financeiras passaram a preocupar-se mais com a adopção técnicas sofisticadas de análise de risco a fim de melhor optimizarem a sua carteira de créditos, bem como a observância dos valores mínimos de capital requeridos, agindo sob normas e padrões uniformizados.

Em Cabo Verde a indústria do crédito é bem menor à dos países desenvolvidos, todavia, o crédito ao consumo vem apresentando altas taxas de crescimento ao longo dos últimos anos. A gestão do risco de crédito é caracterizada pela carência de

instrumentos de avaliação e controlo do risco de crédito e a política de concessão de créditos, pelas instituições financeiras nacionais, assenta-se essencialmente em critérios subjectivos.

O aumento da concorrência entre as instituições financeiras cabo-verdianas, a par das constantes exigências do Basileia e a crescente pressão para a maximização das receitas tem impulsionando as instituições, a procurarem mecanismos mais eficientes de atrair novos clientes com baixo perfil de risco e ao mesmo tempo controlar e minimizar as perdas.

Ressalva-se aqui o papel do BCV como autoridade reguladora, no sentido de “incentivar” as instituições nacionais a adoptarem métodos de avaliação de risco que comportem técnicas estatísticas. Complementarmente, promover a formação de pessoal no âmbito de concessão de crédito de forma a dotar-lhes de conhecimentos e sensibilidade suficientes ao sucesso da operação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Baptista, A. S. (2004). *A Gestão do Crédito como Vantagem Competitiva*. Porto: Vida Económica.

Blatt, Adriano. *Avaliação do risco de crédito*, disponível em <http://www.equifax.com.br/> acedido em 20/04/11

Brandão, E. (2002). *Finanças*. Porto Editora

Brealey, R. A., & Myers, S. C. (1998). *Princípios de Finanças Empresariais*. McGraw - Hill.

Caiado, A. C., & Caiado, J. (2006). *Gestão das Instituições Financeiras*. Lisboa: Edições Sílabo.

Carvalho, P. V. (2009). *Fundamentos da Gestão de Crédito*. Lisboa: Edições Sílabo.

Das Neves, J.C. (2007). *Análise Financeira – Técnicas Fundamentais*. Lisboa. Texto Editores.

Ferreira, J.S. (1991). *A revolução financeira e a gestão de risco na empresa bancária*. Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://fesrvsd.fe.unl.pt/> acedido em 28/02/11

Figueiredo, A. M. (2009), Dissertação, *A especificidade na Actuação dos Bancos Públicos – O caso da Caixa Geral de Depósitos*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Gitman, L. J. (1997). *Princípios de Administração Financeira*. São Paulo. Editora Harbra.

Instituto de Formação Bancária (IFB), (2002), *Gestão Bancária*, 1ª Edição. IFB

Instituto de Formação Bancária (IFB), (2009), *Crédito*, 5ª Edição. IFB

Instituto Superior de Gestão Bancária (ISGB), (2004), *Financiamento e Crédito Bancário*, Lisboa 6ª Edição. APB/ISGB

Pires, C.O. (2010). *A Recusa de Crédito ao Consumo com Base no Modelo Credit Scoring: Uma Análise à luz do Código de Defesa do Consumidor*. Monografia. Faculdade Mineira de Direito. Pontifícia universidade católica de minas gerais

Relatório Anual do BCV – Balanço e Contas 2009 (2010) disponível em <http://www.bcv.cv>

Semedo, D. P.V. (2009). *Credit Scoring: Aplicação da regressão logística vs redes neuronais artificiais na avaliação do risco de crédito no mercado Cabo-Verdiano*. Tese de mestrado, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://www.repositorio-iul.iscte.pt> acedido em 19/06/11

Fontes online

<http://www.portugalcaboverde.com> acedido em 12 de Junho

<http://www.faroldacciss.org> acedido em 12 de Junho

<http://www.produtosbancarios.com/> acedido em 21 de Junho de 2011

<http://www.ipea.gov.br>

<http://www.bcv.cv>